

ATA N.º 10/2014
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 22 de outubro de 2014, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Documento 1).

Estiveram presentes os Professores Doutores António Menezes Cordeiro, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, Luís Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos que presidiu, Duarte Nogueira, Pedro Barbas Homem, Vera-Cruz Pinto, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Reis Novais, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Alexandra Leitão e Míriam Afonso Brigas.

Justificaram a ausência o Professor Eduardo Paz Ferreira, que foi substituído pelo Professor Nuno Cunha Rodrigues, o Professor Fernando Araújo, substituído pela Professora Sílvia Alves, o Professor Dário Moura Vicente, substituído pela Professora Elsa Dias de Oliveira, o Professor Jorge Duarte Pinheiro, substituído pelo Professor Domingos Farinho, o Professor Luís Morais, que foi substituído pelo Professor Pedro Caridade de Freitas e a Professora Ana Paula Dourado, substituída pelo Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos. Esteve igualmente presente o Mestre David Carvalho Martins, em representação dos assistentes.

A Professora Maria Raquel Rei substituiu o Professor Pedro Romano Martinez na primeira parte da sessão, tendo-se ausentado com a sua entrada na reunião do Conselho.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

Período antes da ordem do dia

O Presidente do Conselho Científico apresentou uma proposta oral ao Conselho, que resulta da sua intervenção em provas públicas de doutoramento. Refere-se ao facto de estar a ocorrer com crescente frequência que os candidatos se apresentem nestas provas públicas sem estarem trajados, o que entende não ser adequado à dignidade dos atos académicos. Neste sentido, propõe que, sem prejuízo do que estiver previsto nos regulamentos, seja aprovado pelo Conselho uma deliberação de que o traje académico seja de uso obrigatório nas defesas públicas de doutoramento. Salientou que tem havido alguma tolerância perante os candidatos que são externos à Universidade, mas este comportamento deve ser evitado. O Professor Menezes Cordeiro concordou com a

proposta apresentada, acompanhando a argumentação expendida pelo Presidente do Conselho, referindo que a mesma deve merecer o acolhimento deste Órgão, considerando-a oportuna, devendo a Faculdade desenvolver esforços para que todos os candidatos possam cumprir com o proposto, nomeadamente arranjando meios de disponibilizar o respetivo traje. A Professora Paula Costa e Silva referiu a existência de legislação sobre esta matéria, que deverá ser observada. O Professor David Duarte mencionou que era importante que fossem atendidos os regulamentos já existentes sobre esta matéria, nomeadamente os relativos aos Graus Académicos, não concordando com a aprovação de uma proposta que se traduz numa redundância face à legislação já existente.

A Professora Maria Luísa Duarte acompanhou a proposta do Presidente do Conselho, mas referiu que deve haver um traje disponível nos Serviços que possa ser disponibilizado a todos os que manifestarem essa vontade. Recordou, a este propósito, que esta situação já ocorre no Supremo Tribunal de Justiça. O Presidente do Conselho recordou ainda que os argumentos de natureza académica devem ser valorizados face aos de natureza administrativa, informando o Conselho que tinha perguntado ao Senhor Reitor da Universidade de Lisboa se estaria disponível para efetuar a imposição das insígnias aos doutorados e este respondeu afirmativamente. Recordou, a este propósito, que as instituições devem salvaguardar as suas tradições para se perpetuarem.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

1. Informações

O Presidente do Conselho fez referência às deslocações que efetuou no decurso do mês de outubro, tendo estado presente num evento na Academia Brasileira de Direito Civil no Rio de Janeiro e em Roma, para participar no XIV Congresso Mundial da Associação Internacional do Direito dos Seguros, cujo Conselho Presidencial integra, como já referido na sessão anterior do Conselho.

O Professor Duarte Nogueira referiu também que o Professor Soares Martinez tinha efetuado uma doação à Faculdade de obras que não existiam no espólio da Biblioteca, pelo que propôs um voto de agradecimento ao Professor Soares Martinez, o qual foi aprovado por unanimidade do Conselho. O Presidente do Conselho referiu que o iria comunicar pessoalmente ao Senhor Professor Soares Martinez.

O Professor David Duarte solicitou informação ao Presidente do Conselho das substituições dos Membros que não estavam presentes no Conselho, o que foi



esclarecido pela Professora Secretária do Conselho.

O Presidente do Conselho referiu-se ainda à sessão de abertura solene do ano letivo na Reitoria da Universidade de Lisboa, em que estiveram presentes poucos elementos do corpo académico da nossa Faculdade, situação que deverá ser alterada, promovendo-se a respetiva participação.

2. Aprovação da ata da sessão anterior

O Professor David Duarte questionou o Presidente acerca da referência na Ata da sessão anterior à autonomia dos júris das teses para fixarem a data da defesa pública das mesmas, tendo o Presidente esclarecido que este assunto tinha, de facto, sido abordado, na sequência de uma proposta do Professor Menezes Cordeiro, havendo dúvidas acerca da sua aprovação por unanimidade. O Professor Menezes Cordeiro confirmou a apresentação de proposta aprovada na sessão anterior do Conselho. Foi igualmente mencionado pelo Presidente que teria sido referida a questão da definição das precedências dos candidatos nas entregas das teses. O Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos esclareceu o Conselho que não tinha havido consenso quanto ao teor da deliberação e que a matéria tinha sido referida separadamente daquela que era agora suscitada pelo Professor David Duarte, sendo a data de marcação da prova relevante para efeitos de progressão na carreira académica dos docentes. Foi ainda mencionado que o Regulamento de Provas Académicas previa expressamente a consideração da data de entrega das teses para efeitos de antiguidade. O Presidente do Conselho mencionou que a questão da autonomia dos júris seria incluída na Ata da sessão de 17.09.2014. A Professora Maria Fernanda Palma mencionou que era importante a aceleração das provas académicas, sendo que, considerando a data da entrega das teses o momento relevante, já não estamos perante uma questão de antiguidade. O Presidente do Conselho mencionou que esta matéria, pela sua complexidade, justificava um novo agendamento em sessão do Conselho, tendo sido decidido suspender a deliberação sobre o modo e efeito do agendamento de provas de doutoramento, pois seria imprescindível evitar a perturbação da ordem de precedência e antiguidade dos novos doutores.

A ata foi aprovada por unanimidade.

O Presidente do Conselho referiu, de seguida, que os contactos com os membros externos à Faculdade que integrem os júris de doutoramento deveriam ser efetuados pelos Decanos dos Grupos. Alertou ainda para o facto de o Reitor da Universidade de



Lisboa considerar que o despacho de subdelegação de competência, para a nomeação dos júris de doutoramento não estar correto, o que tem gerado atrasos burocráticos.

A Professora Maria Fernanda Palma mencionou que ainda não tinha sido possível agendar a reunião de júri do Mestre Thiago de Ávila, mas que esta seria oportunamente marcada.

O Presidente do Conselho referiu ser importante que os membros dos júris lessem as teses antes das primeiras reuniões de júris para evitar situações complicadas no momento das defesas públicas. O Professor David Duarte mencionou ainda que, com a massificação dos doutoramentos, a fila dos candidatos vai ser cada vez maior, importando clarificar estas matérias, nomeadamente no que se refere aos docentes da Faculdade, para quem a questão da antiguidade é particularmente importante.

3. Biblioteca

O Presidente do Conselho referiu-se ao agendamento da Biblioteca para a presente sessão do Conselho, que tinha sido solicitado pela Professora Maria Luísa Duarte e que mais ainda se justificava pelo facto de o Professor Duarte Nogueira lhe ter apresentado a demissão com pedido de divulgação. O Presidente do Conselho mencionou que lamenta a sucessão de factos, propondo que o Conselho aprove um voto de solidariedade ao Professor Duarte Nogueira. Considerou ainda que o pedido de demissão apresentado deveria ter vindo à apreciação do Conselho.

Foi de seguida dada a palavra ao Professor Duarte Nogueira, o qual comunicou ao Conselho que tinha apresentado a demissão do cargo de professor Bibliotecário em carta enviada ao Presidente do Conselho Científico, cuja distribuição aos respetivos Membros tinha sido entretanto efetuada. Referiu ainda que tinha dirigido a carta ao Conselho Científico por ter sido o Órgão que tinha procedido à sua designação e que o Diretor aceitara subsequentemente a demissão em carta na qual fazia referência a equívocos da sua parte.

Afirmando a discordância em relação aos supostos equívocos, relatou ao Conselho os factos que suportaram o pedido, consubstanciados na introdução de alterações ao quadro de pessoal da Biblioteca sem ter participado na respetiva discussão, na organização de um concurso para consultor da Biblioteca sem ter sido ouvido para efeito da definição do perfil e condições constantes do anúncio e, bem assim, de apenas ter tido conhecimento de circunstâncias pessoais atinentes ao candidato graduado em primeiro lugar, depois de a avaliação ter sido discutida e aprovada em júri.



No primeiro caso (eliminação de um nível e designação de um funcionário que não fazia anteriormente parte da Biblioteca para preenchimento de um lugar que se encontrava vago), reiterou não ter sido consultado previamente para o efeito, o que em seu entender não respeitava o estabelecido nos Estatutos, que imputam ao Professor Bibliotecário a gestão da Biblioteca. Tão pouco a matéria fora objeto de análise no Conselho Consultivo em que se aprovou o Plano de Atividades da Faculdade, do qual fazia parte o da Biblioteca. E nem indiretamente lhe teria sido fácil aperceber-se da alteração, pois na síntese do pessoal da Biblioteca então anexa constava o número de pessoas que o compunham sem alteração do quadro (9) e não o número de pessoas que o passou a compor depois da alteração (10).

No que se refere ao concurso (convite a contratar) para consultor da Biblioteca, referiu-se, enquanto elementos especialmente relevantes, ao respetivo perfil funcional e ao vencimento, os quais em seu entender se ajustavam mais ao de Chefe de Divisão do que ao de um colaborador em regime de prestação de serviços - sendo certo que o concurso para Chefe de Divisão havia sido inviabilizado pela Reitoria - em cuja definição não participara. A respetiva organização ocorrera através da Associação de Bibliotecários por encargo da Faculdade. Igualmente entendia que tal procedimento não estava de acordo com o estabelecido nos Estatutos.

No que respeita ao candidato graduado em primeiro lugar, ressaltou que a avaliação e graduação dos candidatos fora objetiva e que o graduado em primeiro lugar fora aquele que em seu entender, tal como dos demais membros do júri, possuía o melhor curriculum. A questão que considerou constrangedora foi ter apenas sido informado pelo Presidente do Júri da circunstância pessoal associada ao primeiro classificado, quando o Júri já tinha encerrado a avaliação dos candidatos e definido a ordem dos três melhores, preparando-se para elaborar a ata justificativa, sendo certo que o facto não seria de todo desconhecido também ao terceiro membro do Júri.

Entendia por isso que se tratava de factos consumados com os quais tinha sido confrontado, pelo que apresentara a demissão.

O Professor Menezes Cordeiro apresentou uma saudação especial ao Professor Duarte Nogueira, lamentando os factos relatados por este Professor. Mencionou que não compreende porque é que o Diretor ignorou a posição do Conselho Científico na resolução desta matéria. Propôs ainda que fosse aprovado um voto de louvor ao Professor Duarte Nogueira, entendendo que o pedido de demissão apresentado não deve ser aceite. A Professora Maria Fernanda Palma acompanhou a posição assumida





pelo Professor Menezes Cordeiro, mencionando que existe uma questão prévia que se reporta à descrição de factos que põem em causa a atividade do Professor Duarte Nogueira como Professor Bibliotecário, salientando que há uma aparência que deve ser salvaguardada. Referiu também que a questão apresentada transcende o Professor Duarte Nogueira, devendo apreciar-se, no concreto, quais as funções que devem ser desempenhadas por um Professor Bibliotecário, já que os factos descritos apontam para um esvaziar de competências deste cargo. Mencionou também que foi apresentado um pedido de demissão ao Conselho Científico e não ao Diretor, logo, a demissão ocorrida não tem objeto, não devendo ser aceite. O Conselho deve assim, apoiar a posição do Presidente do Conselho no sentido de se conseguir reverter a situação criada. O Professor David Duarte mencionou que a competência nesta matéria é do Diretor, tendo o Conselho Científico de designar um novo professor bibliotecário, não havendo contexto jurídico que permita outra solução. O Presidente do Conselho mencionou que procurou reverter a situação existente, mas depreendeu que o Professor Duarte Nogueira não tinha vontade de continuar no exercício das suas funções. O Professor Menezes Cordeiro referiu que o Conselho Científico deveria ter sido auscultado em todo este processo, devendo manifestar a sua insatisfação com os fatos ocorridos, nomeadamente em defesa de um princípio de legalidade. Recordou, aliás, que o Conselho Científico tinha sido eleito pelos Doutores da Faculdade para a defesa dos interesses da Faculdade. O Professor Lima Pinheiro recordou que os Estatutos estabelecem que a designação do Professor-Bibliotecário é efetuada pelo Diretor, havendo uma necessária pronúncia prévia do Conselho Científico. Manifestou-se ainda favorável ao voto de louvor ao Professor Duarte Nogueira. O Professor Barbas Homem acompanhou a posição do Professor Lima Pinheiro mencionando ainda que o Conselho devia aprovar um voto de louvor ao Professor Duarte Nogueira.

Com 16 votos favoráveis e 6 abstenções foi aprovado um voto de louvor ao Professor Duarte Nogueira e não foi aceite a sua demissão.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que deveria ter havido uma audição do Conselho Científico no âmbito da matéria em análise, uma vez que, pese embora a competência para a nomeação seja do Diretor, esta deve ser precedida de audição do Conselho Científico, o que não sucedeu. A Professora Maria Luísa Duarte mencionou ser de evitar a radicalização no Conselho, importando esclarecer se a decisão apresentada é revogável, uma vez que a Biblioteca precisa com urgência de ser pensada. Referiu assim, que se deveria ouvir o Professor Duarte Nogueira e o plano de atividades que está



pensado para a Biblioteca. A Professora Maria Fernanda Palma referiu ainda ser importante definir o âmbito de atuação do Professor Bibliotecário, nomeadamente o grau de intervenção no processo de seleção de candidatos. O Professor Vera-Cruz Pinto manifestou a sua concordância ao voto de louvor aprovado ao Professor Duarte Nogueira, salientando ser importante concertar uma posição de compromisso entre o Conselho Científico e o Diretor, relativamente ao que sejam as funções de Professor-Bibliotecário, o que beneficia o funcionamento da Faculdade. Apelou igualmente a que a discussão no Conselho tivesse em consideração a importância do tema, sendo de evitar os radicalismos de posições. O Professor David Duarte referiu que havendo uma aceitação do Diretor da demissão do Professor Bibliotecário havia agora que proceder a nova nomeação. No entanto, não quis deixar de destacar a qualidade do Plano de Atividades para a Biblioteca para o ano de 2015 apresentado pelo Professor Duarte Nogueira, esclarecendo que não está previsto um lugar de Chefe de Divisão para a Biblioteca, pelo que, não compreende a referência efetuada nesta matéria pelo Professor Duarte Nogueira. A contratação de um consultor visava aliás, a integração de alguém com conhecimentos técnicos para a execução do plano de atividades. Neste sentido, acompanha as afirmações do Professor Vera-Cruz Pinto.

O Professor Menezes Cordeiro manifestou estranheza pelo conhecimento aprofundado da situação em análise revelado nas palavras do Professor David Duarte, uma vez que não é o Diretor da Faculdade, mencionando que os comentários efetuados contradizem o afirmado pelo Professor Duarte Nogueira. Mencionou também que o Conselho Científico se devia pronunciar sobre uma matéria em que está prevista a sua intervenção, levando ao Diretor a posição deste Órgão. A Professora Sílvia Alves referiu que deveria ser submetido a votação do Conselho a manutenção do Professor Duarte Nogueira como Professor Bibliotecário. O Professor Miguel Moura e Silva mencionou que tinha respeito pelos envolvidos na situação em análise, considerando difícil a manutenção do exercício de funções do Professor Duarte Nogueira, atendendo à aceitação do pedido de demissão pelo Diretor. No entanto, considera que o Conselho Científico pode mandar o seu Presidente para aferir da possibilidade de manutenção de funções do Professor Duarte Nogueira, caso existam condições que o permitam. O Professor Santos Júnior acompanhou a posição do Professor Menezes Cordeiro, referindo que, nos termos dos Estatutos, o Conselho Científico tem competência para se pronunciar sobre esta matéria, devendo fazê-lo, ainda mais considerando que a carta apresentada pelo Professor Duarte Nogueira foi dirigida ao Conselho Científico. Entende, por isso, que devem ser

MAN

evitados juízos de valor sobre a situação ocorrida.

O Presidente do Conselho referiu estar descontente com a situação ocorrida, aceitando o mandato do Conselho para uma tentativa de harmonização da situação ocorrida, mencionando que entende o mandato que lhe seja conferido como um mandato de diligência e não de resultado. Referiu ainda que, depreende das várias intervenções ocorridas no Conselho que este Órgão está insatisfeito com a forma como o processo foi conduzido, não aceitando a demissão do Professor Duarte Nogueira. Pelo que, aceita a missão de interceder junto das entidades envolvidas, tendo em vista as vantagens que daqui decorrerão para a Faculdade. A Professora Fernanda Palma interveio mencionando que era importante que ficasse esclarecida qual a missão do Professor Bibliotecário, definindo-se o elenco de competências a que este órgão está vinculado. Solicita por isso, ao Presidente do Conselho Científico que interceda junto do Diretor no sentido de ser mantido o Professor Duarte Nogueira como Professor Bibliotecário, bem como se esclareçam as funções adstritas a este órgão. O Presidente do Conselho mencionou que, nos termos dos Estatutos, a função académica é superior à administrativa, pelo que, se os mesmos atribuem ao Conselho Científico a análise do pedido de demissão do Professor Bibliotecário e ao Diretor a sua decisão, estas competências deverão ser articuladas, não devendo ocorrer contraposição de posições entre o Conselho Científico e a Direção.

O Professor Vasco Pereira da Silva interveio apresentando uma declaração de interesses. Em primeiro lugar, referiu ter grande respeito pelos colegas envolvidos na matéria em discussão. Em segundo lugar, mencionou que embora a competência para a aceitação da demissão seja do Diretor, compete ao Conselho Científico pronunciar-se sobre este assunto, já que a decisão do Diretor deve ocorrer sob proposta do Conselho. Esta é a leitura que efetua do disposto nos Estatutos da Faculdade sobre esta matéria. Considera assim, que importa aferir se existiam razões para o pedido de demissão apresentado. Se existiam, aceita-se a demissão, procedendo-se à reorganização da Biblioteca. De qualquer forma, entende que terá ocorrido precipitação, quer por parte do Professor Duarte Nogueira, quer por parte do Diretor.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa referiu a sensibilidade inerente à matéria em análise, destacando os aspetos orgânicos subjacentes, já mencionados pelo Presidente do Conselho Científico e pelo Professor Vasco Pereira da Silva. Esclareceu ainda que a articulação entre o Conselho Científico e a Direção já estava prevista em termos similares nos anteriores Estatutos da Faculdade, sendo continuada com os atuais.

Enfatizou igualmente dever ser evitado o conflito entre os órgãos envolvidos neste processo, devido ao facto de as consequências serem essencialmente negativas para o bom funcionamento da Faculdade. Relativamente às funções atribuídas ao Professor Bibliotecário, os Estatutos não clarificam devidamente as funções atribuídas, reduzindo o seu âmbito de atuação. Refira-se aliás, que não está prevista a figura do Bibliotecário que devia estar expressamente consagrada, procurando-se colmatar esta falha com a figura do Consultor. Torna-se assim, fundamental, que seja esclarecida a questão do poder da Biblioteca na Escola. É por isso importante que o Conselho analise se é bom para o funcionamento da Escola a aceitação da demissão apresentada pelo Professor Duarte Nogueira.

A Professora Alexandra Leitão mencionou que considera que houve precipitação por parte dos dois elementos envolvidos na matéria. Salientou aliás, que teria sido oportuno que o Conselho Científico se tivesse pronunciado, o que refere independentemente da questão de competência em discussão. A carta de aceitação da demissão contribuiu, no seu entendimento, para extremar as posições, aproveitando para esclarecer que se absteve no voto de louvor ao Professor Duarte Nogueira porque entende que a tomada de uma posição contribuiria para acentuar o conflito, o que considera desnecessário. Referiu ainda acompanhar a posição do Professor Miguel Moura e Silva, no sentido de mandar o Presidente do Conselho Científico para chegar a uma solução que permita a manutenção de funções do Professor Duarte Nogueira. Considera também ser importante dar um compasso de espera até à próxima sessão do Conselho para a matéria ser resolvida para benefício da Faculdade, esperando que seja possível que os envolvidos repensem as posições assumidas, vindo com preocupação a resolução desta questão.

O Presidente do Conselho pediu ao Conselho que se pronunciasse sobre o mandato que lhe seria atribuído para diligenciar acerca da situação descrita.

17 votos a favor

3 abstenções

1 voto contra

O Professor David Duarte mencionou que não intervinha na votação por não ter intervenção em deliberações que considera sem objeto. A Professora Maria Luísa Duarte acompanhou a posição do Professor David Duarte.

O Professor Jorge Reis Novais votou contra, tendo efetuado a seguinte declaração de voto: "Votei contra a resolução agora aprovada, não porque seja contra o

desenvolvimento dos contactos entre o Presidente do Conselho Científico e o Diretor tendentes à resolução do problema do Professor Bibliotecário, mas porque entendi que a forma como a maioria do Conselho abordou o problema é contraditória e condenável. Isto porque primeiro adotou, sem necessidade, uma estratégia gratuita de confronto e hostilização do Diretor, não apenas votando o louvor como recusando uma demissão que, todavia, já tinha sido formalmente aceite por quem tem a competência para a aceitar. Assim, porque esta decisão se integra numa lógica de confronto e de desgaste e não numa lógica de compatibilização de posições divergentes e de resolução de problemas, votei contra".

4. Regulamento da Prestação do Serviço Docente

O Presidente do Conselho Científico reportou-se ao Regulamento da Prestação do Serviço Docente, já abordado na sessão anterior do Conselho, mencionando que tinha sido dado um período de reflexão aos doutores, de forma a poderem pronunciar-se sobre o mesmo. O Professor Menezes Cordeiro mencionou que o assunto tinha sido levado a reunião do Grupo de Ciências Jurídicas, não tendo sido rejeitado por unanimidade devido ao voto contra do Diretor e à abstenção da Professora Helena Morão. Foi igualmente reprovado no Conselho Académico, devido à quebra do princípio da igualdade. O Professor Menezes Cordeiro referiu ainda que este documento valoriza aspetos de natureza administrativa em detrimento dos elementos de natureza científica, o que não deve ocorrer. Mencionou também que a dignidade dos docentes fica prejudicada com esta regulamentação, devendo o mesmo ser reprovado, sendo recomendado à Direção que constitua uma comissão de professores tendo em vista a elaboração de novo documento.

O Professor David Duarte mencionou que o regulamento em análise visa apenas disciplinar a atividade de trabalho docente, sendo esta uma matéria da competência do Diretor. O Professor Menezes Cordeiro referiu-se à matéria da coordenação do serviço das aulas mencionada no Regulamento, que está em clara violação com o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária, que distingue entre professores auxiliares, professores associados e professores catedráticos. O Professor Lima Pinheiro mencionou que podem existir docentes que não cumprem os parâmetros estabelecidos no regulamento em análise, mas, para esta matéria já existe legislação específica a aplicar, nomeadamente o Estatuto da Carreira Docente Universitária. O regime que se visa estabelecer com o regulamento tem natureza burocrática e policial, o que se deve

evitar. O Professor Lima Pinheiro referiu, de seguida, que não procederá ao detalhe de análise do documento, mas considera que o disposto em matéria de justificação de faltas não pode ser aceite, ainda mais considerando que vários docentes não se encontram em regime de exclusividade. Mencionou aliás, a situação das substituições das aulas. A matéria das faltas é, aliás, da competência da Divisão Académica, que tem este registo. Em face do que considera que se deve atender ao regime legal já existente nesta matéria, evitando a feição policial subjacente ao presente regulamento.

A Professora Maria Fernanda Palma concordou com o referido pelos vários colegas, à exceção do Professor David Duarte. Mencionou ainda que a atividade docente deve ser pautada pela liberdade de expressão e pelo relevo científico das matérias. A liberdade de ensino é aliás, uma prerrogativa dos professores auxiliares, associados e catedráticos. Foi ainda referido que a Faculdade tem efetuado uma interpretação individualista destas matérias, sendo importante que fique demonstrada a relevância das mesmas, à luz do princípio de necessidade. Caso este ocorra deve ser elaborado um Regulamento, devendo o Conselho Científico pronunciar-se sobre a matéria. Caso contrário, não deverá haver a produção de um documento desta natureza, uma vez se conclua que nada acrescenta face à legislação existente.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa recordou a cultura específica da nossa Escola, que tem de ser compreendida com a sua antiguidade, na qual a tradição tem uma enorme importância, o que não sucede com outras universidades do país. Mencionou também que o Regulamento em análise procura efetuar a transição de uma cultura antiga para um sistema de definição com mais detalhe das matérias afetas ao exercício da atividade docente. No entanto, esta regulamentação tem de ser exequível, observando a cultura específica da Escola, sendo de evitar as medidas de natureza policial, que em nada contribuem para a qualidade da Faculdade. Sugere assim, que sejam repensados os termos em que este Regulamento deve ser equacionado.

O Professor David Duarte agradeceu os exemplos dados pela Professora Fernanda Palma, referindo que o Regulamento não era compreensivo de toda a matéria afeta à prestação do serviço docente. Visa-se apenas efetuar o registo da atividade docente, uma vez que é do interesse da Escola que este registo seja efetuado. O Professor David Duarte mencionou ainda que auxiliou o Diretor na redação da presente proposta de Regulamento, tendo tido acesso a dados que demonstram que efetivamente nem todos os docentes asseguram a atividade docente que lhes está adstrita, situação que importa alterar. A questão das faltas justificadas é desta matéria um exemplo. Considera aliás,



que todos os contributos que forem produzidos são oportunos para a melhoria do regulamento em análise. Relativamente à questão suscitada pelo Professor Lima Pinheiro, acerca das substituições das aulas, mencionou que neste caso, em que as substituições são devidamente justificadas, não entram para o cômputo de falta injustificada, devendo seguir-se o disposto no regime do trabalho em funções públicas.

O Professor Vera-Cruz Pinto mencionou que nunca sentiu necessidade de um regulamento que estipulasse a matéria da prestação de serviço docente, sendo pernicioso um sistema em que se procura efetuar uma regulamentação exaustiva de todas as matérias, podendo, aliás, contrariar o já disposto em outros diplomas. Torna-se, por isso, essencial, indagar da oportunidade e da necessidade do Regulamento.

A Professora Maria do Rosário Ramalho mencionou que entrou mais tarde na reunião do Conselho visto ter estado numa conferência no Supremo Tribunal de Justiça, por ocasião do IV Colóquio de Direito do Trabalho. Relativamente ao Regulamento da Prestação de Serviço Docente, considera que é um documento que se centra em aspetos administrativos, desvalorizando a componente científica, no seu entender, elemento fundamental da atividade docente, não vendo razões que justifiquem a inversão desta ordem de valores. Relativamente à limitação das orientações de teses de doutoramento, considera inexistirem fundamentos que justifiquem esta restrição, aspeto limitador da liberdade académica dos docentes. Igualmente não compreende o conceito de falta presente no Regulamento aplicável a um ato académico como seja a presença num júri de mestrado ou de doutoramento. Foi ainda questionado pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho qual o fundamento para o Diretor da Faculdade não estar presente, estando presente um representante. Solicita, em consequência, que a proposta seja retirada sem mais.

O Professor Duarte Nogueira mencionou ainda que acompanhava o afirmado pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, considerando o presente Regulamento extemporâneo.

O Professor Menezes Cordeiro mencionou que a mensagem que se estava a passar com o presente Regulamento era a de que existem docentes que não cumprem com as suas obrigações em matéria de prestação de serviço docente, questionando o acesso do Professor David Duarte a documentação reservada. A admissibilidade de reação por parte do Conselho tem de ser referida. O Professor David Duarte confirmou que teve acesso a esta documentação, acrescentando ainda que esta informação seria facultada a quem tivesse interesse em ter conhecimento do mencionado.

O Presidente do Conselho Científico referiu compreender as preocupações do Diretor, sendo este Regulamento um trabalho bem-intencionado, mas considera que estas matérias deveriam ser objeto de tratamento pelo Conselho Científico, órgão mais orientado para estes assuntos que a Direção. Em muitas matérias da vida ativa da Faculdade há questões que envolvem uma componente académica e uma administrativa e que, independentemente da concreta redação de cada preceito regulamentar, é da *ratio juris* do sistema que a componente académica é a principal e a administrativa é acessória. O Professor Vasco Pereira da Silva reconhece as boas intenções do Regulamento, mas considera que a regulamentação é excessiva.

O Regulamento de Prestação de Serviço Docente foi sujeito a votação, tendo havido 14 votos contra, 4 a favor e 2 abstenções. O Regulamento de Prestação de Serviço Docente foi rejeitado pelo Conselho Científico.

5. Licenciatura em Estudos Gerais

O Conselho Científico ratificou, de seguida, a decisão da Comissão Permanente de nomeação dos coordenadores do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais, Senhores Professores Maria Fernanda Palma e Miguel Prata Roque. De referir que a licenciatura em Estudos Gerais constou da ordem de trabalhos da sessão do Conselho Científico de 9 de abril de 2014, tendo este Órgão deliberado “por consenso, deixar para uma posterior sessão a deliberação formal sobre o assunto”, como se comprova pelo disposto na Ata respetiva, publicitada no site da Faculdade de Direito. As nomeações ocorreram na Comissão Permanente visto a Secretária do Conselho Científico ter sido contactada pela Senhora Professora Maria de Fátima Reis, da Faculdade de Letras, no sentido de serem fornecidos alguns elementos, necessários para o processo de acreditação do curso de Estudos Gerais, o que teria de ter lugar até 15 de outubro de 2014, estando apenas agendada a próxima reunião do Conselho para 22 de outubro de 2014. A ratificação foi aprovada por unanimidade.

A Professora Ana Paula Costa e Silva manifestou interesse em integrar igualmente a lista de coordenadores do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais, tendo o Presidente do Conselho referido que se iria diligenciar nesse sentido, indagando junto da Professora Maria de Fátima Reis, da Faculdade de Letras.

6. Regulamento de Avaliação

Este assunto não foi abordado na sessão.

7. Mestrados e Doutoramentos

Foi, de seguida, dada a palavra ao Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados, Professor Miguel Moura e Silva, que começou por se referir à apresentação da sua demissão às funções que desempenha, porquanto terá de alterar o seu regime de trabalho para professor a tempo parcial, uma vez que as funções que desempenha na Autoridade da Concorrência assim o obrigam, havendo a exigência que as funções na Comissão de Estudos Pós-Graduados sejam desempenhadas por um professor a tempo integral. Apresentou, por isso, o seu agradecimento aos Professores Decanos de cada um dos grupos da Faculdade, ao Diretor e Diretora Executiva e aos elementos da Divisão Académica, Dr.^a Ana Rodrigues da Silva e Dr. Paulo Pimenta. O Presidente do Conselho propôs a aprovação de um voto de louvor ao Professor Miguel Moura e Silva, o qual foi aprovado por unanimidade.

Foi apresentado o pedido extemporâneo da candidatura à 2.^a fase do mestrado - preparação de dissertação de Vinicius Medeiros Marçal (Documento n.º 2). O pedido foi aprovado por unanimidade do Conselho Científico.

Foram apresentados os pedidos de alteração de orientador de mestrado de Madalena De Utra Machado Pinto Coelho e de Mónica Pereira Sousa Mota da Fonseca (Documento n.º 3). Os pedidos foram aprovados por unanimidade do Conselho Científico. Foram igualmente aprovados por unanimidade os pedidos de alteração do tema de dissertação de mestrado das candidatas referidas (Documento n.º 4).

Foi admitida à preparação de doutoramento, 2.^a fase, Maria Cristina Flora Santos, na área de Ciências Jurídico-Económicas (Documento n.º 5). Foi também admitida à preparação do doutoramento, 2.^a fase, com dispensa da parte curricular, Arthur Maximus Monteiro, na área de Ciências Jurídico-Políticas (Documento n.º 6).

Foram aprovados os pedidos de prorrogação do prazo de entrega da tese de doutoramento de Beatriz Conde Miranda, Alyrio Batista de Souza Segundo, José Luís Dias Calhau Esquível Pereira, Felipe Travassos Sarinho de Almeida, Vitalino José Prova Ferreira Canas e Edvaldo Pereira Costa Júnior (Documento n.º 7).

Foi aprovado o pedido de alteração do título da tese de doutoramento de Marcelo Machado Costa Lima (Documento n.º 8).

Foi admitido a provas de doutoramento Marcelo Machado Costa Lima, na especialidade de Direito Constitucional, sob a orientação do Professor Paulo Otero (Documento n.º 9). Concluiu o programa de Pós-Doutoramento Miguel Kfoury, em Ciências Jurídico-Civis (Documento n.º 10).

Em matéria de constituição de júris de Mestrado foram aprovados por unanimidade os seguintes júris:

Mestrado Científico - Direito Constitucional

Denise dos Santos Vasconcelos Silva, Tassula Queiroga Sousa e Dilva, Catarina Alexandra das Neves Faria, Henrique Furtado Ferreira, Isabel Augusta Prata Afonso e Maria Inês Balrico Coutinho. (Documento n.º 11)

Mestrado Científico - Ciências Jurídico Ambientais

Cecília Bicalho Fernandes, Vivian Auchewski e Vera Mónica Nogueira Casaco Ribeiro (Documento n.º 12)

Mestrado Profissionalizante - Direito Administrativo

Manuel Fernando Martins Emídio e Teresa Raquel Alves B. Amaral (Documento n.º 13)

Mestrado Científico - Direito Constitucional

António André Muniz M. de Souza, Damião Alexandre Tavares Oliveira, Erivan José da Silva Lopes, Jeronymo Pedro Villas Boas e Maria Aldecy de Souza Pissolati (Documento n.º 14)

Mestrado Científico - Direito Intelectual

Maria Paula Amorim de Barros Lima e Gustavo Bahuschwskyj (Documentos n.º 15 e 16)

Mestrado Científico - Economia e Análise Económica

Tuane Oliveira Formiga (Documento n.º 17)

Mestrado Científico - Ciências Jurídico Financeiras

Paula Margarida Martins Franco de Sá (Documento n.º 18)

Mestrado Científico - Direito Fiscal

Maíra Carvalhaes Loft (Documento n.º 19)

Mestrado Profissionalizante - Direito e Economia

Ana Maria Marques Flório Pinhol, Dora Carina Alves Pinto Félix, Silvina Maria Raposo Garcia e Vítor Miguel Pereira Lourenço (Documento n.º 20)

Mestrado Científico - Direito Fiscal

Luís Miguel Perdigão Borrego (Documento n.º 21)

Mestrado Profissionalizante - Ciências Jurídico-Financeiras

André Gonçalo Teixeira Mendes Barata, Luís Pedro de Aguiar Fernandes e Pedro Manuel Fona Catarino (Documento n.º 22).

Foram ainda apresentados ao Conselho, os júris de doutoramento de Ciências Histórico-Jurídicas dos seguintes candidatos:

Mestre Filipe Daniel de Arede Nunes, com a dissertação, "A construção jurídico-política do Estado Social durante o Estado Novo (1833-1974). Contributo para o estudo da História do Pensamento Político em Portugal."

Professor Doutor Pierre Guibentif, Professor Associado com Agregação do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Professor Doutor Paulo Pulido Adragão, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professora Doutora Isabel Banond de Almeida, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Mestre Ana Isabel Barceló Caldeira Fouto, com a dissertação, "A génese dos direitos fundamentais no discurso jurídico-político da Segunda Escolástica: a doutrina e a prática jurídica portuguesas."

Professor Doutor George Martyn, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Gent, Professora Doutora Joana Aguiar e Silva, Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho, Professor Doutor Pedro Pais de

Vasconcelos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professora Doutora Paula Costa e Silva, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Professora Doutora Susana Videira, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Os júris referidos foram aprovados por unanimidade.

Foi também apresentado ao Conselho a composição do júri de doutoramento de Ionilton Pereira do Vale, na especialidade de Ciências Jurídico Criminais, o qual foi aprovado por unanimidade (Documento n.º 23).

Foi, de seguida, apresentada ao Conselho a situação relativa à Mestre Ana Isabel Soares Pinto, na sequência de requerimento recebido da Reitoria da Universidade de Lisboa (Documento n.º 24). A docente solicita ao Presidente do Conselho Científico a possibilidade de entregar os exemplares corrigidos da tese de doutoramento reformulada apresentada a 23 de julho de 2014, visto ter verificado que os mesmos apresentavam algumas deficiências técnicas na impressão, erros materiais e incompletudes. Invoca como base da sua fundamentação, os artigos 76.º e 78.º do CPA. O Presidente do Conselho referiu que a orientadora da dissertação é a Professora Maria Luísa Duarte, a quem deu a palavra. A Professora Maria Luísa Duarte referiu que desconhecia o requerimento apresentado pela docente, o qual foi entregue sem a sua consulta, esclarecendo o Conselho que durante o período concedido para a reformulação da tese a mesma nunca solicitou o auxílio da orientadora, apesar dos vários contactos efetuados nesse sentido. Considera que a pretensão da candidata deve ser indeferida, no sentido de não ser concedida a faculdade de entregar a versão corrigida da versão reformulada. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que havendo júri constituído, a apreciação do requerimento em causa é do júri, esclarecendo ainda acompanhar a posição apresentada pela Professora Maria Luísa Duarte. O Professor Menezes Cordeiro mencionou que considerava confusa a situação descrita, tendo a docente agido sem o conhecimento da orientadora, o que deve ser considerado na apreciação da matéria, acompanhando a posição da orientadora, Professora Maria Luísa Duarte. O Presidente do Conselho referiu ainda que o Regulamento sobre esta matéria não permitia terceira reformulação da tese apresentada, pelo que deve ser indeferido. O

Conselho deliberou indeferir o requerimento com este fundamento.

8. Cooperação

Este assunto não foi abordado na sessão.

9. Relações Internacionais

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Vasco Pereira da Silva, para apresentar este ponto. O Professor Vasco Pereira da Silva apresentou o Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais relativo ao ano letivo de 2013/2014 (Documento n.º 25). Da leitura do relatório verifica-se que existe uma significativa cooperação ao nível internacional em que estão envolvidos vários docentes da Faculdade, tendo sido salientada a necessidade de os docentes que têm esta intervenção a comunicarem ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais. Foi, de seguida, referido o alargamento dos membros que constituem o Gabinete Erasmus, na sequência de contatos efetuados junto dos Decanos dos Grupos Científicos da Faculdade. Cada Grupo passa assim a ter dois representantes. Neste sentido, passaram a integrar o Gabinete os Professores José Ferreira Gomes, Miguel Romão, Miguel Raimundo e Guilherme Oliveira Martins. Acrescentou ainda que dada a oferta de colaboração com o Gabinete por parte de jovens Professores da Faculdade, assim como a crescente quantidade de tarefas que é necessário realizar, que entendia ser possível institucionalizar essa participação informal através da criação de um conselho de consultores, que poderia dar auxílio em tarefas pontuais do Gabinete.

Foi, de seguida, feita referência aos cursos intensivos do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, que observam regras mais restritas do que as que eram seguidas anteriormente, no que se refere ao controlo as presenças, no início e no final das sessões e à assiduidade, como já mencionado em sessões anteriores.

1. *Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização*, que se trata da 2.ª edição, ministrado pelo Professor Balaguer Callejón, da Universidade de Granada, que teve lugar de 15 a 19 de setembro de 2014, com 95 alunos inscritos.
2. *A Interpretação da Lei Constitucional na Europa*, ministrado pelo Professor Rainer Arnold, da Universidade de Regensburg, que teve lugar de 22 a 28 de setembro de 2014, com 80 alunos inscritos.

3. *Introdução ao Direito Norte-americano*, que se trata da quarta edição, ministrado pelo Professor Patrick RyanHugg, da Universidade de Loyola, que teve lugar de 29 de setembro a 3 de outubro de 2014, com 80 alunos inscritos.
4. *Direito da Personalidade*, ministrado pelo Professor Sílvio Beltrão, da Universidade de Pernambuco, que teve lugar de 6 a 10 de outubro de 2014, com 80 alunos inscritos.
5. *Direito Penal e Direito Processual Penal Norte-Americano*, ministrado pelo Professor Stephen Thaman, da Universidade de St. Louis, que teve lugar de 13 a 17 de outubro de 2014, com 80 alunos inscritos.
6. *Separação de poderes*, ministrado pelo Professor Boguslaw Banaszak, da Universidade de Zielona Góra, que terá lugar de 3 a 7 de novembro de 2014, com 76 alunos inscritos.
7. *Novas Tendências da Política Criminal Contemporânea*, ministrado pelo Professor José Luiz Diez Ripolles, da Universidade de Malaga, que terá lugar de 10 a 14 de novembro de 2014, com 65 alunos inscritos.
8. *Arbitragem no Direito Económico Internacional*, ministrado pelo Professor Millán Requena Casanova, da Universidade de Alicante, que terá lugar de 24 a 28 de novembro de 2014.

O Professor Vasco Pereira da Silva deu ainda conhecimento ao Conselho da realização, em Atenas, de uma reunião da Associação de Professores Europeus de Direito Público (SIPE), de cujo Conselho de Direção é membro, e em que participariam também outros Professores da Faculdade, membros da referida Associação, nomeadamente a Professora Maria João Estorninho, a Professora Maria José Mesquita e o Professor Luís Pereira Coutinho, além de outros Professores de outras Faculdades portuguesas, nomeadamente o Professor Vieira de Andrade e a Professora Maria Lúcia Amaral.

O Presidente do Conselho agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Professor Vasco Pereira da Silva e louvou a intervenção ativa e diligente deste Professor no prosseguimento das atividades do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais.

10. Pessoal

Foi aprovado por unanimidade o pedido de acumulação de funções do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, professor catedrático da Faculdade de Direito para o exercício de funções docentes na Universidade Lusíada, com a carga horária de 2 horas semanais. A competência para a autorização das acumulações de funções está delegada no Diretor

da Faculdade, conforme despacho de delegação de competências.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de acumulação de funções docentes do Professor Vasco Pereira da Silva, professor catedrático da Faculdade de Direito, com a Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, ao abrigo de Protocolo existente entre as duas instituições, com a carga horária de 5,30 semanais, às 3.^a e 5.^a feiras. A competência para a autorização das acumulações de funções está delegada no Diretor da Faculdade, conforme despacho de delegação de competências.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de acumulação de funções docentes da Professora Maria João Estorninho, professora catedrática da Faculdade de Direito com a Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, com a carga horária de 5,30 semanais, às 3.^a e 5.^a feiras. A competência para a autorização das acumulações de funções está delegada no Diretor da Faculdade, conforme despacho de delegação de competências.

Os professores auxiliares e associados não estiveram presentes nas deliberações enunciadas.

Foi aprovado por unanimidade o pedido do Mestre Tiago Prata Antunes Soares Fonseca de prorrogação do contrato de assistente, pelo período de mais um ano, com total dispensa de serviço docente, por não lhe ter sido concedido dispensa total de atividade docente para a preparação do doutoramento. O pedido está suportado no artigo 10.º, n.º 3, alínea f) do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, em articulação com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de agosto.

Foi aprovado por unanimidade o pedido do Mestre Tiago Barreto Caldeira Antunes, assistente convidado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, que entregou a dissertação de doutoramento a 28 de agosto de 2014, de prorrogação do contrato até à discussão das provas de doutoramento.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de prorrogação de contrato até à discussão das provas de doutoramento do Mestre Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia, assistente do Grupo de Ciências Jurídicas, cujo contrato terminou a 14 de setembro de 2014, tendo entregue a dissertação de doutoramento a 30 de maio de 2014.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de acumulação de funções docentes do Mestre David Carvalho Figueiredo Martins com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, durante o 2.º semestre do ano letivo 2014/2015, com uma carga horária de 4,30 horas semanais, em regime de contrato de prestação de serviços e a título gratuito. A competência para a autorização das acumulações de funções está delegada no Diretor da Faculdade, conforme despacho de delegação de competências.



Foi aprovado, por unanimidade, a ratificação do ato administrativo de nomeação dos docentes que estão a lecionar na Academia Militar, no ano letivo de 2014/2015, ao abrigo de Protocolo de Cooperação entre essa instituição e a Faculdade de Direito. O processo de designação dos membros que iriam lecionar na Academia Militar ocorreu sem intervenção do Conselho, sendo necessário ratificar esta designação, efetuada pelo Diretor. A Professora Maria do Rosário Ramalho mencionou que havendo a necessidade de substituir um docente que não iria lecionar na Academia Militar ao abrigo de Protocolo existente com a Faculdade de Direito, a Comissão Permanente viu-se confrontada com a nomeação de docentes sem a intervenção do Conselho Científico, como sempre sucedeu na Escola. Considera aliás, ser prejudicial para o funcionamento da Faculdade que o Conselho não seja auscultado nestas nomeações, ainda mais por se desconhecerem os critérios de designação dos candidatos que exercem atividades docentes ao abrigo do Protocolo em causa. Mencionou ainda que estas matérias devem ter sempre a intervenção do Conselho. O Presidente do Conselho questionou o Órgão acerca de quem exercia a atividade de apoio à execução do Protocolo em análise, tendo a Professora Sílvia Alves informado que era a própria, enquanto Secretária do Conselho, que exercia essa atividade. Em consequência, ficou designada a Professora Secretária do atual Conselho com esta competência, cessando a Professora Sílvia Alves as suas funções. O Professor Menezes Cordeiro mencionou acompanhar a posição expendida pela Professora Maria do Rosário Ramalho sobre o assunto em referência, lamentando o sucedido.

Procedeu-se, de seguida, à designação de dois professores do Grupo de Ciências Económico-Jurídicas para efeitos de avaliação específica da atividade desenvolvida no período experimental da Professora Auxiliar Ana Paula Rosado Pereira, ao abrigo do disposto na legislação aplicável (artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e do artigo 35.º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa). Foi ainda referido que a docente em causa procedeu à entrega da documentação necessária (*curriculum vitae* e relatório das atividades académicas e científicas). Neste sentido, foram designados os Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo.

11. Outros Assuntos

Foi de seguida, comunicado ao Conselho Científico, a decisão da Comissão de Equivalências, de acordo com o comunicado pela Professora Isabel Banond ao



Presidente do Conselho, no que se refere à situação da aluna Nabila Iquebal, cujo pedido de equivalência foi discutido no Conselho Científico, de 18.06.2014, tendo sido deliberado a sua remessa à Comissão de Equivalências. Esta Comissão “deliberou, por unanimidade, atentos os elementos que constam do processo, manter a decisão anteriormente tomada, em 28 de maio de 2014, de não conceder equivalência à dita disciplina” (09.10.2014)

Foi ainda comunicado ao Conselho a deliberação da Comissão de Equivalências da candidata Dayami Lescaille Labrada, que solicitou equivalência ao grau com nota no dia 11 de novembro de 2013. Realizou exame no dia 11 de setembro de 2014, tendo sido atribuída a classificação de 10 valores.

Foi também feita referência ao pedido do Diretor da Faculdade ao Presidente do Conselho Científico no sentido de este Órgão se pronunciar sobre a situação que se verifica em algumas unidades curriculares homónimas I e II, em que, por vezes, as matérias dos programas são transferidas do 1.º semestre para o 2.º e vice-versa, utilizando-se ora a unidade curricular I, ora a unidade curricular II, para a mesma matéria do programa. No pedido efetuado ao Presidente do Conselho o Diretor mencionou ainda que esta situação já ocorreu nas cadeiras de Direito Comercial, Teoria Geral do Direito Civil e Direito das Obrigações, pelo que, por se tratar de aprovação de unidades curriculares sem que tenha havido apreciação de matérias tidas como fundamentais, pede ao Conselho que se pronuncie sobre a matéria. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho referiu que não poderia haver troca de turma por parte dos alunos, de forma a serem aprovados nas cadeiras respetivas, quer no nível I, quer no II, e em diferentes matérias. O Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos aludiu a uma maior complexidade da questão quando envolve alunos repetentes. Relativamente aos alunos repetentes, a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho propôs que a sua inscrição nas cadeiras ficasse sujeita a apreciação pela Comissão de Estudos Pós-Graduados. A proposta foi aceite por unanimidade do Conselho. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho felicitou ainda o Professor Miguel Moura e Silva pelo trabalho desenvolvido na Comissão de Estudos Pós-Graduados, atendendo à sua comunicação de cessação de funções nesta unidade técnico-administrativa.

Foi também referida a proposta de Protocolo de Cooperação entre a Procuradoria-Geral da República e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Documento n.º 26), no sentido de haver um compromisso de iniciativas conjuntas, nomeadamente ao nível da realização de cursos, estudos e conferências subordinadas a temas jurídicos. O

Presidente do Conselho mencionou que o Protocolo tem enquadramento, considerando a existência de uma ampla convergência de objetivos entre as instituições, tendo em vista a promoção e difusão do Direito. A Procuradoria-Geral da República enviou igualmente, para informação, o Protocolo de Cooperação entre a Procuradoria-Geral da República e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Documento n.º 27).

O Presidente do Conselho Científico recebeu também comunicação solicitando a concordância deste Órgão sobre a constituição de um grupo de pesquisa designado de “Justiça Constitucional” composto pelos Professores brasileiros Fernando Dias Menezes de Almeida, Carlos Bastide Horbach, José Levi Mello do Amaral Júnior e Roger Stiefelmann Leal, todos do Departamento de Direito do Estado da Universidade de São Paulo, bem como do Professor Sérgio Augustin, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul-RS e por alunos de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas. O referido grupo está sob a coordenação do Professor Jorge Miranda. O Conselho Científico congratulou-se pela iniciativa, tomando conhecimento da mesma.

A próxima reunião do Conselho Científico ficou agendada para 19 de novembro, às 15 horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes, encerrando a reunião pelas 19:45 horas.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Míriam Afonso Brigas)

Faculdade de Direito, 14 de outubro de 2014

Excelentíssimos Senhores

Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Tenho a honra de convocar V.^{as} Ex.^{as} para a próxima reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia **22 de outubro de 2014**, 4.^a feira, pelas **15 horas**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações.
2. Aprovação da ata da sessão anterior.
3. Biblioteca.
4. Regulamento da Prestação de Serviço Docente.
5. Licenciatura em Estudos Gerais.
6. Regulamento de Avaliação.
7. Mestrados e Doutoramentos.
8. Cooperação.
9. Relações Internacionais.
10. Pessoal.
11. Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

Anexo: A demais documentação será enviada brevemente.

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 22 de outubro de 2014

Doc. 2

Mestrados - Candidaturas à 2.ª fase do mestrado - preparação da dissertação - Mestrandos com parte curricular concluída -
Pedidos extemporâneos

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador proposto	Curso	Prazo normal de inscrição	Prazo de entrega da dissertação
VINICIUS DE MEDEIROS MARÇAL (n.º 12345901)	02.10.2014	Direito Contratual: autonomia privada e cláusulas contratuais gerais	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS	14 de abril de 2014	20 de maio de 2015

- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Doc. 3

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Professor Orientador designado	Professor Orientador proposto	Parecer do Orientador
MADALENA DE UTRA MACHADO PINTO COELHO (n.º 15867) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES - (2011-2012)	01.10.2014	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro	Prof.ª Doutora Carlota Pizarro Almeida	Atual: sem indicação. Proposto: nada a opor.
MONICA PEREIRA SOUSA MOTA DA FONSECA (n.º 16425) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS (2012-2013)	02.10.2014	Prof. Doutor Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior	Atual: sem indicação. Proposto: nada a opor.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Aprovado na reunião do
Conselho Científico de
22.10.2014

Manuel Afonso Pais
(Presidente do Conselho
Científico)

Doc 4

Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
MADALENA DE UTRA M. J. PADO PINTO COELHO (n.º 15867) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES - (2011-2012)	01.10.2014	As Medidas Tutelares Educativas Não Institucionais	O agente infiltrado vs. Agente provocador no Direito Processual Português	A designar (cf. quadro <i>supra</i>).	Nada a opor.
MONICA PEREIRA SOUSA MOTA DA FONSECA (n.º 16425) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO- EMPRESARIAIS (2012- 2013)	02.10.2014	O pagamento como modo de extinção do crime de abuso de confiança fiscal	O Direito de exoneração previsto em cláusulas contratuais - em especial nas sociedades anónimas	A designar (cf. quadro <i>supra</i>)	Nada a opor.

Versão de 10.10.2014

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE

Doc. 5

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
MARIA CRISTINA FLORA SANTOS (ACTUNA Nº 20480)	22.09.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	"O Contribuinte Europeu e o Princípio da Tutela Jurisdicional Efetiva".	Profª Doutora Ana Paula Dourado Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Mestrado em Direito (Área de Ciências Jurídico-Económicas) na Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa 17.12.2002, com a classificação de catorze (14) valores. Conclusão do Curso de Formação Avançada-Doutoramento em Direito-especialidade em Ciências Jurídico-Económicas) na F.D.U.L em 07.07.2011, com a classificação final de dezasseis (16) valores.

Informação

Aluno: Maria Cristina Flora Santos (n.º 20480)

Assunto: Pedido de ingresso na 2ª fase (tese) do Curso de Doutoramento - Especialidade em Ciências Jurídico-Económicas.

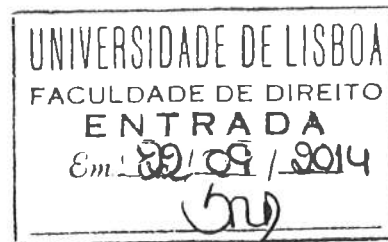
Data de apresentação do requerimento: 22.09.2014

- I. A requerente concluiu na Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa, o curso de **Mestrado** em Ciências Jurídico-Económicas, em 17 de dezembro de 2002, tendo obtido a média final de **14 (catorze) valores**;
- II. Concluiu a fase curricular - Especialização referente ao Curso de **DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS (F.D.U.L)** em 07 de julho de 2011, tendo obtido a classificação de **16 (dezasseis) Valores**;
- III. Solicita admissão à preparação do doutoramento (2ª fase/tese), na especialidade em Ciências Jurídico-Económicas, do respetivo curso, indicando como tema: ***"O Contribuinte Europeu e o Princípio da Tutela Jurisdicional Efetiva"***, sob a orientação da **Sra. Professora Doutora Ana Paula Dourado e co-orientação do Sr. Prof. Doutor Daniel Sarmiento Ramirez-Escudero da Universidade Complutense de Madrid**;
- IV. Para os devidos efeitos, junta as informações emitidas pela Senhora Professora Doutora Ana Paula Dourado e pelo Sr. Prof. Doutor Daniel Sarmiento Ramirez-Escudero, em que os mesmos declaram aceitar as respectivas orientações;
- V. Ao respetivo requerimento a candidata anexa os seguintes documentos:
 - Diploma de Conclusão de Formação Avançada (F.D.U.L.);
 - Certificado de conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas da Universidade Católica Portuguesa
 - Fotocópia do cartão de cidadão;
 - *Curriculum Vitae (candidata)*;
 - *Curriculum Vitae (co-orientador)*;
 - Informações de aceitação dos Professores Orientadores;
 - Projeto de investigação.

À Superior Consideração de V. Exa.

Lisboa, 10 de outubro de 2014

Sandra Rodrigues



Exmo. Senhor Presidente do

Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Lisboa, 24 de Julho de 2014

Maria Cristina Flora Santos, que também usa o nome abreviado de **Cristina Flora**, aluna n.º 20480, vem requerer a sua inscrição no Curso de Doutoramento com dispensa da parte escolar, corresponde à preparação da tese, na área de ciências jurídico-económicas.

A orientação ficará a cargo da Professora Doutora Ana Paula Dourado, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, juntamente com o Professor Doutor Daniel Sarmiento Ramirez-Escudero da Universidad Complutense de Madrid.

A tese de Doutoramento terá o seguinte tema: "O Contribuinte Europeu e o Princípio da Tutela Jurisdicional Efectiva".

Mais se informa que a requerente frequentou e concluiu em **07 de Julho de 2011** com aproveitamento a parte escolar do Curso de Doutoramento do ano lectivo 2009/2010, com a classificação final de 16 valores com as seguintes disciplinas:

Direito Fiscal – I – 17 valores

Direito Fiscal – II – 17 valores

Direito da Economia – I – 16 valores

Direito da Economia - II – 16 valores

Metodologia jurídica – I – 14 valores

Metodologia jurídica – I – 14 valores

Direito Financeiro – I – 16 valores

Direito Financeiro – II – 16 valores

Junta-se neste momento:

- _ Certificado de Conclusão de formação avançada;
- _ Cópia do Cartão de cidadão;
- _ Curriculum Vitae da Requerente;
- _ Curriculum Vitae dos co-orientadores;

_ Declaração e cópia de cartão da AMJAF para a prova da qualidade de associada para efeitos do desconto de 50% das propinas em conformidade com o protocolo existente;

_ Projecto de tese;

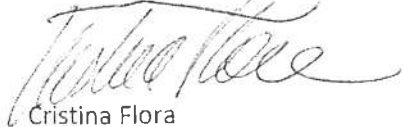
_ Comprovativo de requerimento apresentado em 24/04/2014 para efeitos da junção ao presente requerimento dos documentos aí juntos.

Mais se requer que sejam juntos ao presente requerimento os documentos já apresentados com o requerimento apresentado em 24/04/2014:

_ Cartas de aceitação de orientação;

_ Certificado de mestrado.

Pede e espera deferimento,



Cristina Flora



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Aprovação na sessão do
Conselho Científico de

22.10.2014

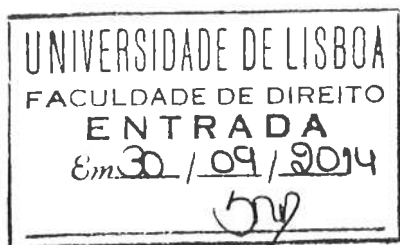
Maria do Anjo
Pereira

(Presidente do Conselho
Científico)

Doc. 6

ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO – 2ª FASE/TESE – COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
ARTHUR MAXIMUS MATEIRO (ALUNO Nº20300)	30.09.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO: ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	"A Abstrativização do Controle de Constitucionalidade: histórico, tendências e implicações para o Supremo Tribunal Federal".	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Mestrado em Direitos Fundamentais, na F.D.U.L em 10.01.2013, com a classificação de dezoito (18) valores. Conclusão do Curso de Bacharelato na Universidade Federal do Ceará em 2002, com a classificação de dezoito (18) valores



Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Científico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Arthur Maximus Monteiro, brasileiro, em união estável, Advogado, portador do Passaporte nº. FF 197386, aluno regularmente matriculado nesta Faculdade sob o nº. 20300, com domicílio na Rua Monsenhor Catão, 1380, apto 1502, Fortaleza-CE, Brasil, vem a Vossa Excelência expor e requer o que se segue:

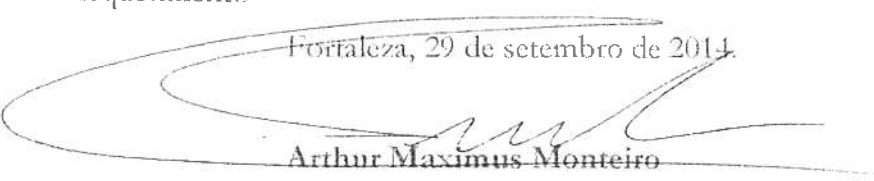
O requerente cursou o mestrado científico por esta FDUL no ano de 2009-2010 em Direitos Fundamentais, concluindo-o em 10 de janeiro de 2013, com aprovação e classificação de 18 valores. Sua tese intitulava-se “O controle de constitucionalidade das omissões legislativas: os problemas dos instrumentos de fiscalização e as propostas de solução”.

Pretende agora a requerente cursar o Doutorado também na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de Ciências Jurídico-Políticas, razão pela qual solicita, para os devidos efeitos, a admissão à preparação do doutoramento (2ª. fase – tese), com dispensa da parte escolar.

Informa que o título (provisório) da tese de doutoramento é “A abstrativização do controle de constitucionalidade: histórico, tendências e implicações para o Supremo Tribunal Federal”. A área de especialização do projeto abrange o Direito Constitucional e Direitos Fundamentais. Já houve a sua aceitação como orientando pelo Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes.

Seguem, em anexo, o projecto de investigação da tese e o parecer do Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes a respeito do presente requerimento

Fortaleza, 29 de setembro de 2014.


Arthur Maximus Monteiro

Informação

Aluno: Arthur Maximus Monteiro (n.º 20300)

Assunto: Pedido de ingresso na 2ª fase (tese) do Curso de Doutoramento, com dispensa da parte curricular.

Data de apresentação do requerimento: 30.09.2014

- I. O requerente concluiu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o curso de **Mestrado Científico** em Direitos Fundamentais, em 10 de janeiro de 2013, tendo obtido a média final de **18 (dezoito) valores**, qualificação de **Excelente**;
- II. Atualmente encontra-se inscrito na fase curricular do Curso de **DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS**, desde 10 de Setembro de 2014 até à presente data;
- III. Solicita admissão à preparação do doutoramento (2ª fase/tese), com dispensa da parte curricular, na especialidade das Ciências Jurídico-Políticas do respetivo curso, indicando como tema: ***“A Abstrativização do controle de inconstitucionalidade: histórico, tendências e implicações para o Supremo Tribunal Federal”***, sob a orientação do **Sr. Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes**;
- IV. Para os devidos efeitos, junta a informação emitida pelo Sr. Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes, em que o mesmo declara aceitar a respectiva orientação;
- V. Ao respetivo requerimento o candidato anexa os seguintes documentos:
 - Certidão de Registo de Grau do Curso de Mestrado (U.L.);
 - *Curriculum Vitae (candidato)*;
 - Informação de aceitação do Professor Orientador;
 - Projeto de investigação.

À Superior Consideração de V. Exa.

Lisboa, 10 de outubro de 2014

Sandra Rodrigues

1007
Aprovado no Conselho
Enkelmo Científico de
22.10.2014
Miguel Afonso
Bragas
Secretaria do
Enkelmo Científico

-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
BEATRIZ CONDE MIRANDA (ALUNA Nº5070012) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	22.09.2014	23.09.2009	Até 17.03.2015	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Sim
ALYRIO BATISTA DE SOUZA SEGUNDO (ALUNO Nº20464) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	23.09.2014	28.09.2011	Até 28.09.2016	Prof. Doutor José Duarte Nogueira	Sim
JOSÉ LUÍS DIAS CALHAU ESQUÍVEL PEREIRA (ALUNO Nº19110) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	24.09.2014	14.12.2011	Até 14.12.2016	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
FELIPE TRAVASSOS SARINHO DE ALMEIDA (ALUNO Nº4000029) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	07.10.2014	28.10.2009	Até 28.10.2016	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
VITALINO JOSÉ PROVA FERREIRA CANAS (ALUNO Nº19309) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	10.10.2014	19.10.2011	Até 19.10.2015	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim
EDVALDO PEREIRA COSTA JÚNIOR (ALUNO Nº20482) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	13.10.2014	14.09.2011	Até 14.09.2016	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Sim

Versão actualizada 14.10.2014

SRF

Atomada na mesa do
Conselho Científico de
22.10.2014

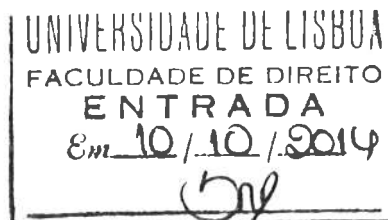
Luís Manuel António Aguiar
(Presidente do Conselho
Científico)

- PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TÍTULO DA TESE DE DOUTORAMENTO

Doc. 8

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Tema da Tese Aprovado	Novo Tema da Tese Proposto	Parecer do Professor Orientador Designado
MARCELO MACHADO COSTA LIMA (ALUNO Nº4000058) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	10.10.2014	"A Volatibilidade Constitucional na Alta Modernidade - a Busca pela validade jurídica"	"A validade legítima: um ensaio sobre o caso brasileiro"	Prof. Doutor Paulo Otero/ Não.

10.10.2014/SRF



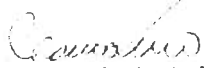
Ao Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Exmo. Sr. Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos

O presente documento tem por propósito solicitar a este venerável Conselho autorização de alteração do título da tese de doutoramento por mim escrita – de “**A Volatilidade Constitucional na Alta Modernidade - a Busca pela validade jurídica**” para o atual proposto “**A validade legítima: um ensaio sobre o caso brasileiro**” –, a ser submetida a exame nesta prestigiada Universidade.

Esclareço que a decisão pela alteração do título constante no projeto aprovado por este respeitável Conselho Científico em 23 de janeiro de 2008 foi resultado de encontro de orientação com o Professor Dr. Paulo Otero em janeiro do corrente ano, quando o mesmo auxiliou na proposição do atual título, o qual entendemos melhor se coaduna com as conclusões obtidas no decorrer das investigações realizadas.

Por último, cabe ainda ressaltar, que a alteração do título não alterou o objeto de investigação inicialmente proposto. Assim sendo, a alteração de título, mais se prendeu aos resultados obtidos nas investigações do que a qualquer alteração essencial dos objetivos inicialmente traçados.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2014.


Marcelo Machado Costa Lima

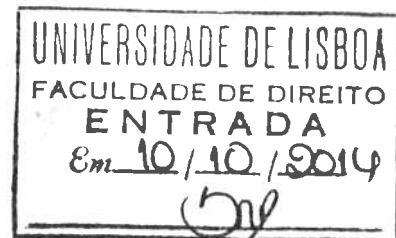
Admissão a Provas de Doutoramento e Constituição de Júri

(Conselho Científico 22.10.2014)

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Título da tese	Prof. Orientador designado	Especialidade
MARCELO MACHADO COSTA LIMA (ALUNO Nº 4000058) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	10.10.2014	<i>"A Validade legítima: um ensaio sobre o caso brasileiro"</i>	Prof. Doutor Paulo Otero	ESPECIALIDADE EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Obs.: No dia 23.07.2014, o candidato procedeu à entrega de doze (12) exemplares da tese de doutoramento em suporte papel;

- doze (12) exemplares do curriculum vitae;
- três (3) exemplares da tese em suporte digital em CD-ROM, em formato PDF;
- uma (1) declaração de originalidade;
- uma (1) declaração-Repositório da Universidade de Lisboa.



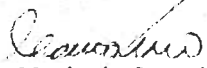
Ao Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Exmo. Sr. Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos

O presente documento tem por propósito solicitar a este venerável Conselho autorização de alteração do título da tese de doutoramento por mim escrita – de “A Volatibilidade Constitucional na Alta Modernidade - a Busca pela validade jurídica” para o atual proposto “A validade legítima: um ensaio sobre o caso brasileiro” –, a ser submetida a exame nesta prestigiada Universidade.

Esclareço que a decisão pela alteração do título constante no projeto aprovado por este respeitável Conselho Científico em 23 de janeiro de 2008 foi resultado de encontro de orientação com o Professor Dr. Paulo Otero em janeiro do corrente ano, quando o mesmo auxiliou na proposição do atual título, o qual entendemos melhor se coaduna com as conclusões obtidas no decorrer das investigações realizadas.

Por último, cabe ainda ressaltar, que a alteração do título não alterou o objeto de investigação inicialmente proposto. Assim sendo, a alteração de título, mais se prendeu aos resultados obtidos nas investigações do que a qualquer alteração essencial dos objetivos inicialmente traçados.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2014.


Marcelo Machado Costa Lima



PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

Solicitação de Conclusão do Programa

(CONSELHO CIENTÍFICO 22.10.2014)

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas	Classificação sugerida
MIGUEL KFOURI NETO (Aluno nº12346418)	PÓS-DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	"Culpa e Ónus da Prova em Especialidades Médicas."	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão	Sim.	Não.	Bom.

10.10.2014

SRF



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL - (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Denise dos Santos Vasconcelos Silva n.º de aluno - 12346019 entrega da dissertação em 15/07/2014	"Mecanismos de Legitimação para intervenção judicial na concretização de políticas públicas de saúde"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof. Doutor João Miranda (vogal) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente)
Tassyla Queiroga Sousa e Silva n.º de aluno - 22412 entrega da dissertação em 16/06/2014	"As Perspectivas de Efetividade do Direito de Acesso à Educação Básica de Qualidade no Brasil: Uma análise dos limites de Justiciabilidade"	Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (orientador) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (arguente) Prof. Doutor Domingos Farinho (vogal)

Aprovado na reunião do Conselho Científico de 22.10.2014

Doc. 11

Ulisses Azeiteiro
Reitor

(Presidente do Conselho Científico)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 22 de setembro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Catarina Alexandra das Neves Faria n.º de aluno - 22670 entrega da dissertação em 3/09/2014	“O direito a que a causa seja apreciada num prazo razoável estatuído no artigo 6.º do n.º 1 da CEDH - O aprofundamento deste direito através da jurisprudência do TEDH e a repercussão desta no aperfeiçoamento dos sistemas judiciais nacionais.”	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista	Prof.ª Doutora Ana Maria Guerra Martins (presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Batista (orientador) Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)
Henrique Furtado Ferreira n.º de aluno - 12000 entrega da dissertação em 5/09/2014	“A Extensão da Plataforma Continental – Os desafios nacionais e o caso açoriano em específico”	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof.ª Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor João Miranda (arguente)
Isabel Augusta Prata Afonso n.º de aluno - 17006 entrega da dissertação em 3/09/2014	“Direito à privacidade e Segredo Bancário nas ordens Jurídicas Portuguesa e Internacional”	Prof. Doutor Rui Fonseca	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Rui Fonseca (orientador) Prof. Doutor Alexandre de Sousa Pinheiro (arguente)
Maria Inês Balrico Coutinho n.º de aluno - 17422 entrega da dissertação em 14/08/2014	“O Requisito da Proporcionalidade na Legítima Defesa no âmbito do Direito Internacional Público ”	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista	Prof.ª Doutora Maria José Rangel de Mesquita (presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (orientador) Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS - (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Cecília Bicalho Fernandes n.º de aluno - 22395 entrega da dissertação em 9/06/2014	«O Programa “Homem e Biosfera” e as reservas mundiais da Biosfera. Efetividade da Incorporação no caso do Brasil»	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Rui Fonseca (vogal) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente)
Vivian Auchewski n.º de aluno - 21558 entrega da dissertação em 29/05/2014	“Áreas de conservação da Natureza. Um paralelo entre os Direitos do Brasil e da União Europeia”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (vogal) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 22 de setembro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Vera Mónica Nogueira Casaco Ribeiro n.º de aluno - 11440 entrega da dissertação em 11/07/2014	"Responsabilidade Civil Objectiva Extracontratual do Estado e demais entidades Públicas"	Prof.ª Doutora Alexandra Leitão	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (orientadora) Prof. Doutor David Duarte (arguente)
---	--	------------------------------------	---

1. Constituição de Júri sugerida no dia 22 de setembro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Doc. 13

MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Manuel Fernando Martins Emídio n.º de aluno 12731 entrega da dissertação em 26/06/2014	"A autonomia das autarquias locais face à centralização das compras"	Prof. Doutor Miguel Raimundo	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (orientador) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (arguente)
Teresa Raquel Alves B. Amaral n.º de aluno 12345815 entrega da dissertação em 24/06/2014	"A Simplificação Procedimental - Contributo para o estudo das conferências procedimentais"	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente e orientadora) Prof. Doutor David Duarte (arguente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 7 de outubro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Aprovado na reunião do Conselho
Académico de 22.10.2014

2014

Miguel António Lopes
(Secretário do Conselho
Académico)

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (Mestrado Científico)-

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
António André Muniz M de Souza Aluno n.º 12346075 Entrega da dissertação em 26/06/2014 ESMAPE	"Repercussão Geral sob influência das virtudes passivas no controle de constitucionalidade difuso brasileiro"	Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor Ingo Sarlet (PUCRS) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (orientador)
Damião Alexandre Tavares Oliveira Aluno n.º 12346080 Entrega da dissertação em 25/06/2014 ESMAPE	"O Direito Constitucional, as Neurociências e a Constituição Brasileira vigente: diálogos rumo à construção de um Neurodireito"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor João Mauricio Adeodato (UFPR) Prof. Doutor Fernando Araújo (arguente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador)
Erivan José da Silva Lopes Aluno n.º 12346081 Entrega da dissertação em 24/06/2014 ESMAPE	"A colisão entre a tutela dos direitos individuais e os valores fundamentais da sociedade na jurisprudência penal Brasileira"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Fabiano Mendonça (UFRN) (arguente) Prof. Doutor Fernando Araújo Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Jeronymo Pedro Villas Boas Aluno n.º 12346085 Entrega da dissertação em 06/06/2014 ESMAPE	"O Direito de não ser perguntado acerca da sua religião"	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente e arguente) Prof. Doutor João Mauricio Adeodato (UFPR) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (vogal) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (orientador)
Maria Aldecy de Souza Pissolati Aluna n.º 12346091 Entrega da dissertação em 25/06/2014 ESMAPE	"Direitos fundamentais em colisão com outros direitos: Liberdade de Expressão Religiosa x Liberdade Sexual"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor João Mauricio Adeodato (UFPR) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 22 /09/2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (Mestrado Científico)

Aprova na X reunião do
Conselho Científico de 22.10.2014
Margarida Afonso Brito
(Secretária do Conselho Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Maria Paula Amorim de Barros Lima n.º de aluno 21648 entrega da dissertação em 07/04/2014	"Os conflitos entre propriedade intelectual e defesa da concorrência no mercado automobilístico de peças sobressalentes e oficinas reparadoras"	Prof. Doutor Luís Morais	Prof. Doutor Dário Moura Vicente (Presidente) Prof. Doutor Luís Silva Morais (Orientador) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Arguente) Prof. Doutor Paulo Pardal Morcela (Vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 , pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Doc 16

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gustavo Bahuschewskyj Correa n.º de aluno 22355 entrega da dissertação em 11/06/2014	"Limites ao Exercício dos Direitos de Patentes e desenhos Industriais no Brasil em virtude das restrições Concorrenciais"	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. Doutor Dário Moura Vicente (Presidente) Prof. Doutor Luís Silva Morais (Arguente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Orientador) Prof. Doutor Pedro Infante Mota (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 6/10/2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Aprovado na sessão do
Conselho Científico de
22.10.2014
(Secretaria do Conselho
Científico)
Belém Aponso
Borges

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Tuane Oliveira Formiga n.º de aluno - 22583 entrega da dissertação em 16/06/2014	"A análise Económica do Direito e a Teoria do Incumprimento Eficiente: Ponderações sobre as resistências éticas à sua aplicação no cenário Brasileiro"	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fernando Araújo (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (vogal) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (vogal) Prof. Doutor Miguel Patrício (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Siva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Doc. 78

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paula Margarida Martins Franco de Sá n.º de aluno - 22894 entrega da dissertação em 16/06/2014	"A Comissão Europeia e a aceitação dos compromissos como forma de viabilizar a concentração de empresas comunitárias no âmbito do regulamento CE 139/2004 do Conselho de 20 de janeiro"	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. Doutor José Renato Gonçalves (presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (orientador) Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Doc 95

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Maíra Carvalhaes Loft n.º de aluno - 22510 entrega da dissertação em 11/06/2014	"Tributação dos Lucros de sociedades controladas e coligadas no exterior: um estudo de direito comparado, com vista à compreensão da sistemática brasileira"	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (vogal) Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

loc. 20

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA - (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Maria Marques Flório Pinhol n.º de aluno - 22592 entrega da dissertação em 3/07/2014	"A (in) disponibilidade dos Créditos Tributários"	Prof. ª Doutora Paula Rosado Pereira	Prof. ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof. ª Doutora Paula Rosado Pereira (orientadora) Prof. Doutor Guilherme D'Oliveira Martins (arguente)
Dora Carina Alves Pinto Félix n.º de aluno - 15871 entrega da dissertação em 10/09/2014	"Tributação do rendimento familiar em sede de IRS - Incongruências de acordo com o regime de casamento "Separação de Bens com Comunhão de Dívidas Fiscais"	Prof. ª Doutora Paula Rosado Pereira	Prof. ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e arguente) Prof. ª Doutora Paula Rosado Pereira (orientadora) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Silvina Maria Raposo Garcia n.º de aluno - 22742 entrega da dissertação em 7/07/2014	"Contratualização das obrigações de serviço público de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros"	Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo	Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo (presidente e orientadora) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (arguente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (vogal)
Vitor Miguel Pereira Lourenço n.º de aluno - 22777 entrega da dissertação em 4/09/2014	"A centralização de compras e a integração vertical das GGR. Potencial efeito de "pass-through" junto dos consumidores."	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (orientador) Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Doc. 21

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Luis Miguel Perdigão Borrego n.º de aluno - 22429 entrega da dissertação em 14/07/2014	"A Dedução de perdas de Sociedades sob regimes de recuperação como auxílio de Estado"	Prof. ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof. ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof. ª Doutora Paula Rosado Pereira (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
André Gonçalo Teixeira Mendes Barata n.º de aluno - 17175 entrega da dissertação em 5/09/2014	"O Resgate do Sistema Bancário: A Intervenção Pública em Cenários de Crise."	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (orientadora) Prof. Doutor Paulo Pardal (arguente)
Luis Pedro de Aguiar Fernandes n.º de aluno - 17409 entrega da dissertação em 04/09/2014	"O papel da concorrência Potencial nas análises de Direito da Concorrência"	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. Doutor Luís Morais (presidente) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (arguente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (orientador)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Pedro Manuel Fona Catarino n.º de aluno - 17499 entrega da dissertação em 12/09/2014	"A erosão do conceito de estabelecimento estável num contexto de globalização Económica e Digital"	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof. Doutor Pedro Infante Mota (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)
---	---	-------------------------------------	---

1. Constituição de Júri sugerida no dia 8 de outubro de 2014 pelo Senhor Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

Ahorndo na sessao do Conselho

Científico de 22-10-2014

2013

Herminio Afonso
Inças

(Presidente do
Conselho Científico)

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ionilton Pereira do Vale (Aluno nº 20478) Entrega da tese de doutoramento em 28/05/2014	<i>"O Tribunal do Júri no Contexto do Devido Processo legal: Uma Critica ao Tribunal do Júri "puro" em comparação com os modelos do escabinado e do assessorado: Estudo dos factores que interferem no julgamento e na imparcialidade de suas decisões (Análise da Instituição com a Jurisprudência das Convenções Europeia e Americana dos Direitos Humanos do Tribunal do Júri Português e da Suprema Corte Americana)."</i>	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Doutor João Manuel Damião da Cunha (Escola de Direito – Univ. Católica do Porto) Doutor Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita (UCP/Lisboa) Doutor António Menezes Cordeiro Doutor Paulo Otero Doutor Maria Fernanda Palma Doutor Augusto da Silva Dias Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 14 de outubro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

10.24

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		DAA/APAC/NPA/90/2014	

ASSUNTO: Requerimento apresentado por Ana Isabel Cruz Soares Pinto

Tendo recebido, nesta Reitoria, um requerimento apresentado pela candidata a provas de doutoramento, Mestre Ana Isabel Cruz Soares Pinto, que lhe é dirigido na qualidade de Presidente do Júri, reenvio-o em anexo, solicitando que nos seja comunicado o despacho que vier a ser proferido para se informar a candidata, considerando que as teses que pretende substituir foram entregues nestes serviços.

Com os melhores cumprimentos,



Eduardo Pereira
Vice-Reitor

Exmo. Senhor

Professor Doutor Pedro Manuel Pais de Vasconcelos

Presidente do Júri Das Provas de Doutoramento

da Mestre Ana Isabel Cruz Soares Pinto

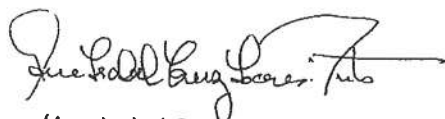
Ana Isabel Cruz Soares Pinto vem respeitosamente requerer a V. Exa. como segue.

A requerente entregou a sua dissertação de doutoramento em 23 de Julho passado, dentro do prazo fixado pelo Júri para a sua reformulação.

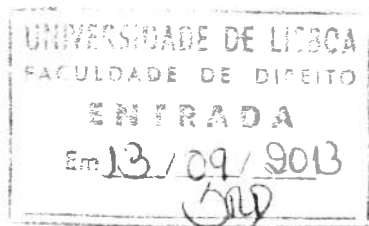
A requerente teve no segundo semestre cento e cinquenta alunos em avaliação contínua e teve de assegurar, entre fins de Maio e fins de Julho, a avaliação, desses alunos e de alguns mais, em três épocas de avaliação: em Maio, a época do teste final de avaliação contínua em simultâneo com o fim das aulas; em Julho, a época normal de exames; e em Julho, a época de recurso. Foi, por isso, em estado de enorme cansaço que cumpriu o prazo para a entrega da dissertação. Quando dias depois releu a dissertação verificou que ela apresentava algumas deficiências técnicas na impressão, erros materiais e incompletudes. A requerente pretende corrigir de imediato esses erros involuntários e, para tanto, solicita a V. Exa. que, por aplicação do mesmo espírito que preside aos artigos 76.º e 78.º, do CPA, consinta que substitua os exemplares da dissertação entregues por exemplares corrigidos.

Pede deferimento,

Setúbal, 22 de Agosto de 2014,



(Ana Isabel Cruz Soares Pinto)



Exmo. Senhor

Presidente do Conselho Científico

da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ana Isabel Cruz Soares Pinto, assistente do grupo de ciências jurídico-políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vem requerer respeitosamente a V. Ex.^a a admissão à prestação das provas de defesa da tese «A competência do Tribunal de Justiça da União Europeia no espaço de liberdade, segurança e justiça», especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em direito, especialidade em ciências jurídico-internacionais e europeias, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luísa Duarte.

Pede deferimento.

Lisboa, 13 de Setembro de 2013.

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Ana Isabel Cruz Soares Pinto".

(Ana Isabel Cruz Soares Pinto)



GABINETE ERASMUS E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
ANO LECTIVO 2013/2014



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

Índice

INTRODUÇÃO.....	2
ACTIVIDADES 2013-2014	3
<i>I. Programas e redes.....</i>	3
<i>II. Protocolos.....</i>	4
<i>III. Intercâmbio de estudantes.....</i>	7
<i>IV. Intercâmbio de docentes</i>	19
<i>V. Mestrado Erasmus Mundus</i>	21
<i>VI. Cursos intensivos e professores visitantes</i>	23
<i>VII. Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em eventos internacionais</i>	36
<i>VIII. Actividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa.....</i>	38
<i>IX. Outras actividades:</i>	42
Anexos	48

INTRODUÇÃO

O presente relatório regista as atividades desenvolvidas pelo Gabinete Erasmus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) no ano letivo de 2013-2014, então integrado pela seguinte equipa:

Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Coordenador)
Professora Doutora Ana Paula Dourado
Professor Doutor Luis Pereira Coutinho
Professora Doutora Sílvia Alves
Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins
Professor Doutor Miguel Raimundo
Mestra Dinamene de Freitas
Maria Desidério (representante dos alunos- desde março 2013 até março 2014)
Diana Neves (representante dos alunos - desde março 2014)
Dra. Rosa Guerreiro (Secretária)
Dr. Diogo Calado (aluno colaborador – de dezembro 2013 a fevereiro 2014)
Dr. José Pedro Barros (aluno colaborador – de março a setembro 2014)
Natalia Grobicka (estagiária ELSA – de abril a julho 2014)
Maria D'Albuquerque (estagiária Erasmus Mundus)

O registo das atividades obedece à seguinte sistematização:

- I. Programas e redes;
- II. Protocolos;
- III. Intercâmbio de estudantes;
- IV. Intercâmbio de docentes;
- V. Mestrado Erasmus Mundus
- VI. Cursos intensivos e professores visitantes;
- VII. Representação da Faculdade de Direito de Lisboa em eventos internacionais;
- VIII. Atividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa;
- IX. Outras atividades.



ACTIVIDADES 2013-2014

I. Programas e redes

Acompanhamento da participação da FDUL nos seguintes programas, redes de cooperação e intercâmbio:

- **Rotterdam Law Network**

Rede fundada pela Universidade Erasmus de Roterdão, hoje composta por 30 Universidades europeias e destinada à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários.

- **Grupo ELPIS**

Rede fundada pela Universidade Leibniz de Hanôver, hoje composta por 36 Universidades europeias e destinada à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários e, bem assim, à promoção e organização de estudos, cursos e publicações, em especial, nos domínios do Direito Europeu e Direito Comparado.

- **ELFA (European Law Faculties Association)**

Associação fundada em 1995 em Lovaina e hoje composta por mais de 180 de Faculdades de Direito e destinada a constituir um fórum para a discussão de assuntos relacionados com o ensino do Direito. A rede é responsável pela publicação do *European Journal of Legal Education*.

- **Consórcio Erasmus Mundus**

Consórcio integrado pelas Faculdades de Direito da Universidade Leibniz de Hanôver, da Universidade de Lisboa, da Universidade de Ruão e da Universidade de Vilnius em cujo âmbito se desenvolve um curso de Mestrado em Direito – European Legal Practice (LL. M. Eur.).

- **Rede EuropePolis**



Rede fundada em Março de 2011, em Roma, composta por 19 Universidades e Centros europeus, com o objetivo de incentivar o ensino do direito europeu em todas as disciplinas. A FDUL É Membro fundador.

▪ **Rede de Nanterre (Nanterre Network)**

Rede de Cooperação Universitária em ciências jurídicas, coordenada pela Universidade Paris Ouest-Nanterre-La Défense, à qual a FDUL passou a pertencer em Maio de 2011.

II. Protocolos

Acompanhamento da participação da FDUL nos seguintes protocolos:

ERASMUS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Alemanha	Augsburg	Augsburg University
Alemanha	Bayreuth	University of Bayreuth
Alemanha	Berlim	Freie Universität Berlin
Alemanha	Bona	Universität Bonn
Alemanha	Colónia	Universität zu Köln
Alemanha	Dresden	Technische Universität Dresden
Alemanha	Giessen	Justus-Liebig-Universität
Alemanha	Greifswald	Ernst-Moritz-Arndt-Universität Greifswald
Alemanha	Hamburgo	Hamburg University
Alemanha	Hannover	Leibniz Universität Hannover
Alemanha	Leipzig	Universität Leipzig
Alemanha	Munique	Ludwig-Maximilians-Universität München
Alemanha	Münster	Westfälische Wilhelms – Universität Münster
Áustria	Innsbruck	Innsbruck University
Áustria	Linz	Johannes Kepler Universität Linz
Bélgica	Bruxelas	Université Libre de Bruxelles
Bélgica	Louvain-la-Neuve	Université Catholique de Louvain
Bulgária	Sofia	University of Sophia – St. Kliment Ohridski
Croácia	Zagreb	University of Zagreb
Eslováquia	Bratislava	Comenius University
Eslováquia	Bratislava	Pan European University (Bratislava School of Law)
Eslovénia	Ljubljana	University of Ljubljana
Eslovénia	Maribor	Maribor University
Espanha	A Coruña	Universidad de A Coruña
Espanha	Alicante	Universidad de Alicante
Espanha	Barcelona	Universidad de Barcelona



Espanha	Bilbao	Universidad del País Vasco
Espanha	Burgos	Universidad de Burgos
Espanha	Cadiz	Universidad de Cadiz
Espanha	Ciudad Real	Universidad Castilla-la-Mancha
Espanha	Girona	Universidad de Girona
Espanha	Granada	Universidad de Granada
Espanha	Madrid	Universidad Autónoma de Madrid
Espanha	Madrid	Universidad Carlos III de Madrid
Espanha	Madrid	Universidad Complutense de Madrid
Espanha	Malaga	Universidad de Malaga
Espanha	Murcia	Universidad de Murcia
Espanha	Oviedo	Universidad de Oviedo
Espanha	Pamplona	Universidad de Navarra
Espanha	Salamanca	Universidad de Salamanca
Espanha	Santiago de Compostela	Universidad de Santiago de Compostela
Espanha	Sevilha	Universidad Pablo de Olavide
Espanha	Valencia	Universidad de Valencia
Espanha	Valladolid	Universidad de Valladolid
Espanha	Zaragoza	Universidad de Zaragoza
França	Cergy-Pontoise	Université de Cergy-Pontoise
França	Dijon	Université de Bourgogne
França	Estrasburgo	Université de Strasbourg
França	Le Havre	Université du Havre
França	Paris	Université Paris 13
França	Paris	Université Paris Descartes
França	Paris	Université Paris Ouest Nanterre la Défense
França	Rouen	Université de Rouen
França	Toulouse	Université Toulouse 1 Capitole
Grécia	Atenas	National and Kapodistrian University of Athens
Grécia	Tessalonia	University of Macedonia
Hungria	Budapeste	Eötvös Loránd University
Itália	Bari	Università degli studi di Bari
Itália	Bolonha	Alma Mater Studiorum - Università di Bologna
Itália	Catanzaro	Università degli studi Magna Graecia di Catanzaro
Itália	Génova	Università degli Studi di Génova
Itália	Messina	Università di Messina
Itália	Milão	Università degli studi di Milano - Bicocca
Itália	Nápoles	Seconda Università degli studi di Napoli
Itália	Nápoles	Università degli Studi di Napoli "Federico II"
Itália	Nápoles	Università degli Studi di Napoli "Parthenope"
Itália	Pisa	Università di Pisa
Itália	Roma	Università degli Studi di Roma – "La Sapienza"
Itália	Roma	Università degli Studi di Roma – "Tor Vergata"
Itália	Salerno	Università degli studi di Salerno
Itália	Teramo	Università degli studi di Teramo
Itália	Trieste	Università degli Studi di Trieste



Itália	Vercelli	Università degli Studi del Piemonte Orientale "Amedeo Avogadro"
Letónia	Riga	University of Latvia
Lituânia	Vilnius	Mikolas Romeris University
Lituânia	Vilnius	Vilnius University
Noruega	Bergen	University of Bergen
Países Baixos	Amsterdão	Universiteit van Amsterdam
Países Baixos	Groningen	University of Groningen
Países Baixos	Maastricht	University of Maastrich
Países Baixos	Nijmegen	Radboud University
Países Baixos	Roterdão	Erasmus University
Polónia	Cracóvia	Jagiellonian University
Polónia	Lodz	University of Lodz
Polónia	Varsóvia	Warsaw University
Polónia	Varsóvia	Kozminski University
Polónia	Wroclaw	University of Wroclaw
República Checa	Brno	Masaryk University
República Checa	Praga	Charles University
Roménia	Bucareste	Bucarest University
Suíça	Fribourg	Université de Fribourg
Suíça	Zurique	Zurich Univeristy
Turquia	Eskisehir	Anadolu University
Turquia	Istambul	Koc University
Turquia	Istambul	Yeditepe University

OUTROS PROTOCOLOS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Argentina	Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires
Brasil	Curitiba	Centro Universitário Curitiba
Brasil	Porto Alegre	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil	Rio de Janeiro	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Chile	Santiago do Chile	Pontifícia Universidade Católica do Chile

Celebração dos seguintes protocolos:

ERASMUS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Alemanha	Berlim	Humboldt Universität zu Berlin
Alemanha	Konstanz	Universität Konstanz
Espanha	Sevilla	Universidad Internacional de Andalucía
Itália	Chieti-Pescara	Università degli Studi "G. d'Annunzio" Chieti-Pescara
Itália	Milão	Università degli studi di Milano



Itália	Sassari	Università degli studi di Sassari
Polónia	Szczecin	University of Szczecin

III. Intercâmbio de estudantes

✦ ESTUDANTES RECEBIDOS

- Número de candidaturas apreciadas: 172
- Total de estudantes recebidos: 172
- Programas em cujo âmbito os estudantes foram recebidos:

❖ PROGRAMA ERASMUS: 95 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
37	58

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	18
BÉLGICA	3
BULGÁRIA	1
CROÁCIA	2
ESLOVÉNIA	8
ESPAÑA	13
FRANÇA	8
GRÉCIA	1
HOLANDA	3
HUNGRIA	1
ITALIA	28
POLÓNIA	7
REPÚBLICA CHECA	1
SUIÇA	1



POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Free University of Berlin	1
ALEMANHA	Justus-Liebig-Universität Gießen	1
ALEMANHA	Ludwig Maximiliano Universität Munchen	2
ALEMANHA	University of Augsburg	2
ALEMANHA	University of Bayreuth	1
ALEMANHA	University of Hamburg	4
ALEMANHA	University of Koln	1
ALEMANHA	University of LEIPZIG	2
ALEMANHA	University of Münster	4
BÉLGICA	Université Catholique du Louvain	2
BÉLGICA	Université Libre de Bruxelles	1
BULGÁRIA	Sofia University St. Kliment Ohridski	1
CROÁCIA	University of Zagreb	2
ESLOVÉNIA	University of Ljubljana, Faculty of Law	4
ESLOVÉNIA	University of Maribor - Faculty of Law	4
ESPAÑA	Universidad Autónoma de Madrid	2
ESPAÑA	Universitat de Barcelona	2
ESPAÑA	Universidad de Burgos	1
ESPAÑA	Universidad de Granada	2
ESPAÑA	Universidad de Malaga	2
ESPAÑA	Universidad de Murcia	1
ESPAÑA	Universidad de Sevilla	2
ESPAÑA	Universidad de Valência	1
FRANÇA	Université de Cergy-Pontoise	2
FRANÇA	University of Paris	1
FRANÇA	University of Rouen	3
FRANÇA	Université Toulouse 1 capitole	1
FRANÇA	University Paris Ouest Nanterre La Défense	1
GRÉCIA	University of Macedonia	1
HOLANDA	University of Amsterdam	2
HOLANDA	University of Nijmegen	1
HUNGRIA	Eötvös Loránd University of Budapest	1
ITÁLIA	Seconda Università di Napoli	3
ITÁLIA	Università degli studi di Napoli Federico II	2
ITÁLIA	Università degli studi di Napoli Parthenope	5
ITÁLIA	Università degli studi di Roma – La Sapienza	2
ITÁLIA	Università degli studi di Salerno	5



ITÁLIA	Università degli studi di Teramo	2
ITÁLIA	Università di Messina	3
ITÁLIA	Università di Pisa	1
ITÁLIA	University of Bari	3
ITÁLIA	Università Magna Graecia di Catanzaro	2
POLÓNIA	Jagiellonian University	2
POLÓNIA	Kozminski University	1
POLÓNIA	University of Lodz	2
POLÓNIA	University of Warsaw	2
REPÚBLICA CHECA	University of Praha	1
SUIÇA	Universität Fribourg	1

❖ **OUTROS INTERCÂMBIOS:** 59 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
16	43

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
BRASIL	58
JAPÃO	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
BRASIL	Centro Universitário CURITIBA – UNICURITIBA	9
BRASIL	Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)	8
BRASIL	Faculdade Baiana de Direito	4
BRASIL	Faculdade Sete de Setembro (FA7)	1
BRASIL	Faculdades Integradas Barros Melo – AESO	2
BRASIL	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL (UNIBRASIL)	1
BRASIL	Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP	3
BRASIL	Fundação Getulio Vargas	5



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

BRASIL	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP	3
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	6
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	5
BRASIL	Universidade Católica de Pernambuco	4
BRASIL	Universidade de Brasília	1
BRASIL	Universidade de Fortaleza	1
BRASIL	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1
BRASIL	Universidade Estácio de Sá	1
BRASIL	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO	1
BRASIL	Universidade Federal Fluminense	2
JAPÃO	Waseda University	1



❖ OUTROS ESTUDANTES VISITANTES: 0 estudante

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	0

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
-	-

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
-	-	-



❖ **PROGRAMA ALMEIDA GARRETT: 1 estudante**

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	1

POR UNIVERSIDADE	
UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Universidade de Coimbra	1

❖ **FREQUÊNCIA DO 2º CICLO (ESTUDANTES QUE FREQUENTARAM MESTRADO): 11 estudantes**

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
4	7

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	1
BRASIL	2
HOLANDA	1
ITÁLIA	2
POLÓNIA	4
REPUBLICA CHECA	1



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Hannover University	1
BRASIL	Fundação Getúlio Vargas – São Paulo	1
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1
HOLANDA	Radboud University Nijmegen	1
ITÁLIA	Università degli studi di Salerno	2
POLÓNIA	Kozminski University	1
POLÓNIA	University of Lodz	1
POLÓNIA	University of Warsaw	2
REPUBLICA CHECA	Charles University in Prague	1



✚ ESTUDANTES ENVIADOS

- Número de candidaturas apreciadas: 59
- Total de estudantes enviados: 59
- Programas em cujo âmbito os estudantes foram enviados:

❖ PROGRAMA ERASMUS ESTUDOS: 35 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
15	20

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	2
BÉLGICA	1
ESLOVÉNIA	1
ESPAÑA	10
FRANÇA	5
HOLANDA	1
HUNGRIA	3
ITÁLIA	9
PAÍSES BAIXOS	1
POLÓNIA	1
TURQUIA	1



POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Freie Universität Berlin	1
ALEMANHA	Ludwig Maximilian University of Munich	1
BÉLGICA	Université Catholique de Louvain	1
ESLOVÉNIA	University of Maribor	1
ESPAÑA	Universidad Autónoma de Madrid	2
ESPAÑA	Universidad Complutense de Madrid	2
ESPAÑA	Universidad de Granada	3
ESPAÑA	Universidad de Malaga	1
ESPAÑA	Universidad de Santiago de Compostela	1
ESPAÑA	Universidad Pablo de Olavide	1
FRANÇA	Université de Cergy-Pontoise	1
FRANÇA	Université Paris	1
FRANÇA	Université Paris Ouest Nanterre la Défense	2
FRANÇA	Université René Descartes	1
HOLANDA	Erasmus University Rotterdam	1
HUNGRIA	Eötvös Loránd University	3
ITÁLIA	Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	2
ITÁLIA	Università degli Studi di Génova	2
ITÁLIA	Università degli Studi di Milano Bicocca	2
ITÁLIA	Università degli Studi di Roma - "La Sapienza"	2
ITÁLIA	Università degli Studi di Roma – "Torvergata"	1
PAÍSES BAIXOS	University of Groningen	1
POLÓNIA	Warsaw University	1
TURQUIA	Yeditepe University	1



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

❖ PROGRAMA ERASMUS ESTÁGIOS: 2 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
1	1

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	1
ESPAÑA	1

❖ OUTROS INTERCÂMBIOS: 19 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
7	12

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	2
BRASIL	16
CHINA	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	Universidade de Buenos Aires	2
BRASIL	Faculdade Baiana de Direito	2
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	4
BRASIL	Universidade Federal de Santa Catarina	6
BRASIL	Universidade de Fortaleza	1
BRASIL	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1
BRASIL	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
CHINA	Universidade de Macau	1



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

❖ **OUTROS ESTUDANTES VISITANTES: 3 estudantes**

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	3

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	3

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	Universidade de Buenos Aires	3



IV. Intercâmbio de docentes

✚ DOCENTES RECEBIDOS

Universidade de Zaragoza (Espanha) - 22 a 24 de abril de 2014

Prof. Dr. Alejandro González-Varas Ibáñez - Aulas de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais

Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 9 a 11 de abril de 2014

Prof. Doutora Sonia E. Rodriguez Boente - Aulas de Filosofia do Direito

Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 7 a 11 de abril de 2014

Professor Dr. Vicente A. Sanjurjo Rivo - Aulas sobre Direito Constitucional

Universidade de Augsburg (Alemanha) - 25 a 28 de março de 2014

Prof. Doutor Stefan Lorenzmeier - Aulas de Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente, no Mestrado Científico, Perfil: Ciências Jurídico-Ambientais

- Aulas de Direito Internacional da Pessoa Humana, no Mestrado Profissionalizante em Direito Internacional e Relações Internacionais

- Participação na Conferência inaugural do Curso: «O direito à água no quadro dos objetivos da ONU de desenvolvimento sustentável pós-2015», organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, no dia 28 de março de 2014.

Universidade Eötvös Loránd (Hungria) - 24 a 25 de março de 2014

Professora Dra. Eszter Bodnár - Curso sobre Direito Constitucional

Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 23 a 28 de março de 2014

Prof. Doutora Ana Gude Fernández - Aulas de Direito Constitucional

Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 23 a 28 de março de 2014

Prof. Doutora Begoña López Portas - Aulas de Direito Constitucional

Universidade de Hanover (Alemanha) - 17 a 21 de março de 2014

Professor Dr. Bernd Oppermann - Curso sobre Direito da Concorrência Europeu Comparado

Universidade de Rouen (França) - 3 a 14 de março de 2014

Professora Dra. Marine Toullier - Curso sobre Direitos Fundamentais e Globalização

Universidade Leipzig (Alemanha) - 17 a 28 de fevereiro de 2014

Professor Dr. Steffen Pabst - Curso sobre Direito Processual Civil Europeu



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

Universidade de Alicante (Espanha) - 16 a 20 de dezembro de 2013

Professor Dr. Millán Requena Casanova - Curso sobre Solução de Conflitos Internacionais

Universidade de Granada (Espanha) - 16 a 20 de setembro de 2013

Professor Dr. Francisco Balaguer Callejón - Curso sobre Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização

DOCENTES ENVIADOS

- ❖ **Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes – 16 a 17 de abril de 2014**
Universidade de Göttingen
Aulas de Direito Penal e Direito Processual Penal
- ❖ **Prof. Doutora Rute Saraiva – 4 a 8 de junho de 2014**
Universidade de Ljubljana
Aulas de Direito Comportamental e Economia
- ❖ **Prof. Doutora Isabel Graes – 22 a 25 de setembro de 2014**
Universidade Complutense de Madrid
Aulas de História do Direito

V. Mestrado Erasmus Mundus

✚ ESTUDANTES RECEBIDOS

- Número de candidaturas apreciadas: 8
- Total de estudantes recebidos: 8

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
4	4

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	3
BRASIL	4
FRANÇA	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Leibniz Universität Hannover	3
BRASIL	Faculdade Baiana de Direito	1
BRASIL	Faculdade Damas da Instrução Cristã	3
FRANÇA	Université de Rouen	1



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

✚ **ESTUDANTES ENVIADOS**

- Número de candidaturas apreciadas: 2
- Total de estudantes enviados: 2

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
1	1

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	2

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Leibniz Universität Hannover	2

VI. Cursos intensivos e professores visitantes

No ano letivo de 2013-2014, o Gabinete Erasmus ocupou-se da organização, promoção e acompanhamento dos seguintes cursos intensivos:

1º Semestre

1- Professor Dr. Balaguer Callejón (Universidade de Granada)

Curso: Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização

Duração: 10 horas

Data: 16 a 20 de setembro 2013

Idioma: Espanhol



Programa do Curso e CV (anexo I)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	75	27	48	67	3	5
Participantes	32	14	18	30	1	1
Avaliados/as	14	8	6	12	1	1
Acreditados/as	14	8	6	12	1	1



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

2 - Professor Dr. Patrick Ryan Hugg (Loyola University)

Curso: Introdução ao Direito Norte-americano

Duração: 10 horas

Data: 23 a 27 de setembro 2013

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo II)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	92	33	59	72	19	1
Participantes	66	23	43	51	15	0
Avaliados/as	48	15	33	33	15	0
Acreditados/as	48	15	33	33	15	0

3 – Prof. Dr. Rainer Arnold (Universidade de Regensburg)

Curso: Proteção dos Direitos Fundamentais na Europa

Duração: 20 horas

Data: 30 de setembro a 11 de outubro de 2013

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo III)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	63	20	43	24	38	1
Participantes	57	17	40	31	25	1
Avaliados/as	51	16	35	27	24	0
Acreditados/as	51	16	35	27	24	0

4 - Professor Dr. Sílvio Beltrão (Universidade Federal de Pernambuco)

Curso: Direito da Personalidade

Duração: 10 horas

Data: 28 de outubro a 1 de novembro de 2013

Idioma: Português



Programa do Curso e CV (anexo IV)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	99	29	70	87	10	2
Participantes	67	46	21	59	8	0
Avaliados/as	48	15	33	41	7	0
Acreditados/as	48	15	33	41	7	0

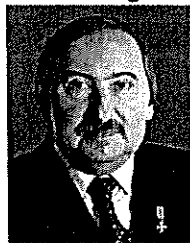
5 - Professor Dr. Boguslaw Banaszak (Universidade de Varsóvia)

Curso: Separação de Poderes

Duração: 10 horas

Data: 11 a 15 de novembro de 2013

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo V)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	35	15	20	23	11	1
Participantes	27	10	17	16	10	1
Avaliados/as	20	9	11	11	9	0
Acreditados/as	20	9	11	11	9	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

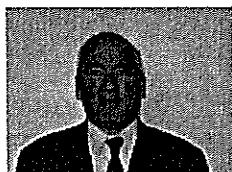
6 - Professor Dr. Pierre-Henri Prélôt (Universidade Cergy-Pontoise)

Curso: Bioética

Duração: 10 horas

Data: 9 a 13 de dezembro de 2013

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo VI)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	56	23	33	31	25	0
Participantes	39	13	26	19	20	0
Avaliados/as	36	12	24	12	24	0
Acreditados/as	36	12	24	12	24	0

7 - Professor Dr. Millán Requena Casanova (Universidade de Alicante)

Curso: Solução de Conflitos Internacionais

Duração: 10 horas

Data: 16 a 20 de dezembro de 2013

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo VII)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	35	14	21	20	15	0
Participantes	26	14	12	10	16	0
Avaliados/as	25	13	12	9	16	0
Acreditados/as	25	13	12	9	16	0

8 - Professor Dr. Steffen Pabst (Universitaet Leipzig)

Curso: Direito Processual Civil Europeu

Duração: 20 horas

Data: 17 a 28 de fevereiro de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo VIII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	110	34	76	76	33	1
Participantes	87	26	61	55	31	1
Avaliados/as	80	23	57	48	31	1
Acreditados/as	67	20	47	39	27	1

9 - Professora Dra. Marine Toullier (Université de Rouen)

Curso: Direitos Fundamentais e Globalização

Duração: 20 horas

Data: 3 a 14 de março de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo IX)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	72	26	46	40	32	0
Participantes	55	21	34	26	29	0
Avaliados/as	49	18	31	21	28	0
Acreditados/as	44	17	27	19	25	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

10 - Professor Dr. Joachim Englisch (Universidade de Münster)

Curso: Direito Fiscal Europeu: Tributação Direta

Duração: 10 horas

Data: 10 a 14 de março de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo X)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	82	36	46	56	26	0
Participantes	66	30	36	45	21	0
Avaliados/as	49	22	27	27	22	0
Acreditados/as	47	21	26	25	22	0

11 - Professor Dr. Bernd Oppermann (Leibniz Universität Hannover)

Curso: Direito da Concorrência Europeu Comparado

Duração: 10 horas

Data: 17 a 21 de março de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XI)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	82	37	45	53	29	0
Participantes	73	31	42	46	27	0
Avaliados/as	55	25	30	29	26	0
Acreditados/as	53	25	28	29	24	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

12 - Professora Dra. Rita de la Feria (University of Durham)

Curso: Direito Fiscal Europeu - Impostos Indiretos

Duração: 20 horas

Data: 24 de março a 4 de abril de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XII)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	60	23	37	37	23	0
Participantes	51	20	31	29	22	0
Avaliados/as	37	14	23	17	20	0
Acreditados/as	37	14	23	17	20	0

3 - Professora Dra. Rute Saraiva (Universidade de Lisboa)

Curso: Direito Comportamental e Economia

Duration: 10 horas

Data: 25 a 28 de março de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XIII)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	83	35	48	58	25	0
Participantes	58	22	36	43	15	0
Avaliados/as	25	9	16	20	5	0
Acreditados/as	25	9	16	20	5	0

14 - Professor Dr. Sílvio Beltrão (Universidade Federal de Pernambuco)

Curso: Responsabilidade Civil e Direitos da Personalidade

Duração: 10 horas

Data: 31 de março a 4 de abril de 2014

Idioma: Português



Programa do Curso e CV (anexo XIV)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	240	60	180	234	6	0
Participantes	222	58	164	217	5	0
Avaliados/as	215	52	163	210	5	0
Acreditados/as	210	50	160	205	5	0

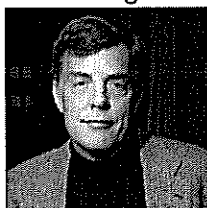
15 - Professor Dr. Russell Weaver (University of Louisville)

Curso: Introdução à Constituição Norte Americana

Duração: 10 horas

Data: 7 a 10 de abril de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XV)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	133	45	84	103	30	0
Participantes	129	45	84	103	26	0
Avaliados/as	111	38	73	86	25	0
Acreditados/as	111	38	73	86	25	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

16 - Professor Dr. Dário Moura Vicente (Universidade de Lisboa)

Curso: Direito Comparado das Obrigações

Duração: 10 horas

Data: 22 a 24 de abril de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XVI)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	65	21	44	52	13	0
Participantes	55	18	37	42	13	0
Avaliados/as	15	3	12	12	3	0
Acreditados/as	15	3	12	12	3	0

17 - Coordenadores:

Professor Dr. Mário Ferreira (Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia)

Professora Dra. Rute Saraiva (Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito)

Docentes: Professores Drs. Alexandra Marques Pinto, Isabel Narciso, Luís Curral e Teresa Ribeiro

Curso: Soft Skill para Juristas

Duração: 10 horas

Data: 28 de abril a 2 de maio de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XVII)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	69	18	51	54	15	0
Participantes	57	14	43	46	11	0
Avaliados/as	37	10	27	29	8	0
Acreditados/as	34	8	26	26	8	0

18 - Professor Dr. Francisco Fernández Segado (Universidade Complutense de Madrid)

Curso: Justiça Constitucional Comparada: Portugal e Espanha

Duração: 10 horas

Data: 28 Abril a 2 de Maio - das 10.30h às 13h - Anf. 9

Idioma: Espanhol



Programa do Curso e CV (anexo XVIII)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	40	7	33	40	0	0
Participantes	37	6	31	37	0	0
Avaliados/as	28	3	25	28	0	0
Acreditados/as	22	2	20	22	0	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

19 - Professor Dr. Cláudio Brandão (Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco)

Curso: História da Teoria do Crime: da formação da dogmática ao direito constitucional penal

Duração: 10 horas

Data: 5 a 9 de maio de 2014 - das 11h às 13h - Anf. 9

Idioma: Português



Programa do Curso e CV (anexo XIX)

	Total	Homens	Mulhere	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	122	41	81	118	4	0
Participantes	112	37	75	110	2	0
Avaliados/as	92	26	66	91	1	0
Acreditados/as	92	26	66	91	1	0

20 - Professora Dra. Julia Iliopoulos-Strangas (National and Kapodistrian University of Athens)

Curso: Théorie générale des droits fondamentaux en Europe sous l'angle de la protection des droits sociaux fondamentaux

Duração: 10 horas

Data: 12 a 16 de maio de 2014

Idioma: Francês



Programa do Curso e CV (anexo XX)

	Total	Homens	Mulhere	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	18	4	14	9	9	0
Participantes	10	1	9	4	6	0
Avaliados/as	8	1	7	2	6	0
Acreditados/as	7	1	6	2	5	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

21 - Prof. Dr. Rainer Arnold (Universidade de Regensburg)

Curso: Diálogo entre Tribunais nacionais, supranacionais e internacionais

Duração: 10 horas

Data: 12 a 16 de maio de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XXI)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulhere</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	56	22	34	28	28	0
Participantes	48	19	29	23	25	0
Avaliados/as	39	16	23	18	21	0
Acreditados/as	39	16	23	18	21	0

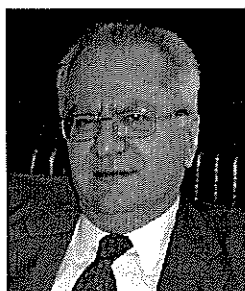
22 - Professor Dr. António Magalhães Gomes Filho (Universidade de São Paulo)

Curso: Temas atuais de Processo Penal Constitucional Brasileiro

Duração: 10 horas

Data: 15 a 21 de maio de 2014 - das 10.30h às 12.30h

Idioma: Português



Programa do Curso e CV (anexo XXII)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

erasmus



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	67	29	38	61	6	0
Participantes	59	24	35	58	1	0
Avaliados/as	42	17	25	41	1	0
Acreditados/as	42	17	25	41	1	0

23 - Professor Dr. Massimo de la Torre (Universidade de Catanzaro)

Curso: A controvérsia contemporânea sobre o positivismo jurídico

Duração: 10 horas

Data: 19 a 23 de maio de 2014

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XXIII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	38	17	21	18	20	0
Participantes	28	14	14	17	11	0
Avaliados/as	10	6	4	9	1	0
Acreditados/as	9	6	3	9	0	0



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

VII. Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em eventos internacionais

26.09.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na reunião do Mestrado Erasmus Mundus, organizado na Faculdade Damas de Instrução Cristã (Brasil).

11/14.06.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na reunião do Grupo ELPIS, organizado pela Universidade da Islândia, em Reykjavik (Islândia).

11/14.06.2014 - PROF. DOUTOR GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na reunião do Grupo ELPIS, organizado pela Universidade da Islândia, em Reykjavik (Islândia).

21/24.05.2014 - PROF. DOUTOR GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na reunião anual da rede de Faculdades de Direito coordenada pela Universidade de Nanterre, organizado pela Universidade Técnica de Dresden, em Dresden (Alemanha).

24 a 27.04.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na reunião anual da Rotterdam Law Network, em Ghent (Bélgica).



19 a 21.03.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na reunião anual da ELFA (European Law Faculties Association), em Estrasburgo (França).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

19 a 21.03.2014 - PROF. DOUTORA SILVIA ALVES

Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na reunião anual da ELFA (European Law Faculties Association), em Estrasburgo (França).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

VIII. Atividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa

21 a 25.07.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Lecção de um Curso Intensivo sobre «Direito Constitucional do Ambiente», no Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Direito, organização da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que teve lugar em Teresina (Brasil).

27.06.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Participação no evento de lançamento de cinco obras de Direito Administrativo dos Mestres Manuel do Nascimento e João Damião, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola, com uma palestra subordinada ao título "A protecção do ambiente em Portugal e Angola: notas comparadas".

26.06.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Aula magna subordinada ao título "O acto administrativo: uma instituição (ainda) do nosso tempo?", proferida na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola, no âmbito das comemorações dos 35 anos de existência daquela instituição.

29.05.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação no I Congresso luso-brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Escola Superior de Magistratura do Tocantins e pela Universidade Federal do Tocantins, numa mesa redonda subordinada ao tema "Contratos públicos e desenvolvimento sustentável", em Tocantins (Brasil).

29.05.2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação no I Congresso luso-brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Escola Superior de Magistratura do Tocantins e pela Universidade Federal do Tocantins, com a conferência de abertura subordinada ao tema "Direito Fundamental ao ambiente e desenvolvimento sustentável", em Tocantins (Brasil).

29.05.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Participação no I Congresso luso-brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Escola Superior de Magistratura do Tocantins e pela Universidade Federal do Tocantins, com uma palestra subordinada ao título "Sustentabilidade ambiental: missão impossível?", em Tocantins (Brasil).

25.03.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Aula Magna de Abertura do Curso de Doutoramento e Mestrado em Direito Público, sob coordenação do Prof. Doutor Ingo Sarlet, da PUCRS, ano letivo de 2014/2015, com palestra subordinada ao título "Princípios de Direito Ambiental: uma normatividade demasiado ruidosa", em Porto Alegre (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

25.03.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Participação, como arguente, na banca de doutorado do Mestre Pedro de Menezes Niebuhr, com uma dissertação subordinada ao título "Processos administrativos ambientais: a sistematização da tutela do ambiente na esfera administrativa", presidida pelo Prof. Doutor Carlos Alberto Molinaro (orientador), na PUCRS, em Porto Alegre (Brasil).

24.03.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Participação, como co-orientadora, na banca de qualificação para Doutorado da Mestre Daniela Zago Gonçalves da Cunda, com um projecto de dissertação subordinado ao título "Tribunais de Contas na tutela da sustentabilidade e da solidariedade intergeracional", presidida pelo Prof. Doutor Juarez de Freitas (co-orientador), na PUCRS, em Porto Alegre (Brasil).

20 a 22.03.2014 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Curso de Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília (Brasil).

17/01/2014 - Prof. DOUTORA MARIA JOÃO ESTORNINHO

Conferência sobre «Nuevas Directivas Europeas sobre Contratación Publica», organizada pela Cátedra Jean Monnet em Direito Constitucional Europeu, da Facultad de Derecho de Granada, em Granada (Espanha).

17/01/2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Constitución Europea y Constitucionalismo Global», organizada pela Cátedra Jean Monnet em Direito Constitucional Europeu, da Facultad de Derecho de Granada, em Granada (Espanha).

17/01/2014 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Crise Économique ou Crise de la Constitution Économique Européenne», no Congresso Internacional subordinado ao tema «Le Droit Constitutionnel Européen à l' épreuve de la Crise Économique et Démocratique de l' Europe», organizado pelas Universidades de Montpellier e de Granada, com o patrocínio da Comissão Europeia, quer teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Montpellier.

21/11/2013 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Palestra sobre "Migrantes climáticos: para além da terra prometida", no I Congresso de Direitos Humanos, organizado pela UFT e pela ESMAT, que decorreu entre 20 e 22 de Novembro de 2013, em Palmas (Brasil).



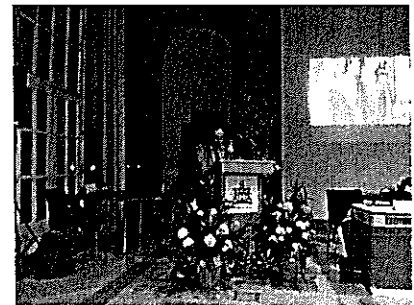
FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

8/11/2013 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Intervenção sobre «A Amizade franco-alemã vista por outros parceiros (portugueses) do projeto Erasmus Mundus» (em língua alemã), na Conferência Internacional sobre "O Tratado do Eliseu: O Pilar de uma cooperação exemplar 50 Anos Depois», que teve lugar em Hannover, "Neue Rathaus" (Alemanha).



9/10/2013 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Direitos Culturais nas Constituições Brasileira e Portuguesa», no II Encontro Internacional de Direitos Culturais, que teve lugar na UNIFOR, em Fortaleza (Brasil).



10 a 12/09/2013 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Co-organização e participação no II Congresso de Direito Luso-Brasileiro da FUMEC, subordinado ao tema "Tensões entre o Público e o Privado", em Belo Horizonte, (Brasil):

- Participação na mesa redonda sobre Sociedade civil e governação do ambiente em Portugal
- Palestra de encerramento do Congresso, com o tema Governança ambiental social em Portugal

6/9/2013 – PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «As Parcerias Público-Privadas em Portugal», no Curso de Pós-graduação lato sensu, Especialização em Direito do Estado, na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado, em São Paulo (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

4/9/2013 – PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Verde Cor de Direito – Lições de Direito do Ambiente – A Experiência Portuguesa», no Curso de Pós-graduação lato sensu, Especialização em Direito Ambiental, na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado, em São Paulo (Brasil).

4/9/2013 – PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Mecanismos de Descentralização Administrativa na Constituição Portuguesa», no Seminário com o tema de Distribuição de Competências na Federação Brasileira, no Curso de Especialização em Direito Constitucional, da PUC/SP, em São Paulo (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

IX Outras actividades:

✦ Colaboração da AAFDL

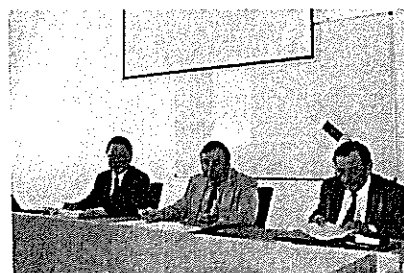
Em todas as iniciativas do Gabinete foi possível contar com a colaboração, sempre eficiente, da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designadamente através do respetivo Gabinete Erasmus.

✦ Encontro de Direito Público Portugal-Coreia do Sul



Realizou-se no dia 9 de julho, de manhã, na sala 12.34, um Encontro de Professores de Direito Público da Coreia do Sul com Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da deslocação do Presidente Sul-Coreano a Portugal.

Organização: Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais
YU-EU Centre – Yeungnam University





FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

✚ II Encontro Mundial de Doutorandos Alemães – 15 a 19 de junho de 2014

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa vai acolher o II Encontro Mundial de Doutorandos alemães, vindos de vários países, sob o lema «Lisboa – A porta de entrada da Europa no Mundo», depois de o I Encontro Mundial ter decorrido na cidade de Istambul, em 2013. Durante cinco dias – entre 15 a 19 de junho –, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa receberá 50 doutorandos provenientes de todos os quadrantes do globo, para discutir temas tão variados como Direito, História, Sociologia, Ciência Política, Línguas e Literatura, Media e Comunicação Social, Ambiente, Saúde e Nutrição, Astrofísica, Artes e Cultura. O II Encontro Mundial de Doutorandos pretende sedimentar uma lógica de intercâmbio transnacional e de estímulo da troca de experiências entre investigadores e doutorandos vários países, com vista à criação de uma verdadeira rede global de investigadores científicos.

Organização: Studienstiftung des deutschen Volkes

Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais / Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva





FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

✚ Congresso em honra de Peter Häberle por ocasião do seu 80º aniversário



**Congresso em honra de Peter Häberle
por ocasião do seu 80º aniversário**

13 de maio no Auditório
da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa

O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global

Realizou-se no dia 13 de maio de 2014, o Congresso com o tema "O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global", em honra do Prof. Doutor Peter Häberle, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa, por ocasião do seu 80º aniversário, no qual participam diversos Professores de instituições europeias e da Faculdade de Direito.

Organização:

Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Fundação Peter Häberle
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Cátedra Jean Monet ad personam de Direito Constitucional Europeu e globalização
Centre of Excellence on European Integration and Globalization (Ei&G) da Universidade de Granada e UNED (Madrid).



✚ Seminário avançado sobre Mutações Constitucionais - 23 e 24 de abril



As mutações informais da Constituição constituem uma realidade incontornável mas ainda pouco debatida. Com o objetivo de analisar as situações problemáticas que as mutações tácitas provocam e discutir limites à sua admissibilidade jurídica e política, realiza-se, pela primeira vez, a 23 e 24 de Abril de 2014, no Auditório da Faculdade, um Seminário Avançado sobre Mutações Constitucionais, no qual participam alguns dos maiores especialistas sobre o tema, provenientes das mais reputadas Faculdades e Centros de Investigação de países como Portugal, Brasil, Itália e Espanha.

✚ O direito à água no quadro dos objetivos da ONU de desenvolvimento sustentável

Realizou-se no dia 28 de março de 2014 a Conferência «O direito à água no quadro dos objetivos da ONU de desenvolvimento sustentável pós-2015».

Organização: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas
Gabinete Erasmus

✚ Congresso Internacional "*Le Droit Constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe*"

Decorreu nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2013, em Montpellier, o Congresso Internacional "*Le Droit Constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe*". A Faculdade de Direito de Lisboa fez-se representar na pessoa do Professor Doutor Vasco Pereira da Silva.

✚ Cerimónia de entrega de diplomas Erasmus Mundus

A cerimónia de entrega dos Diplomas do Curso de Mestrado Erasmus Mundus LL.M. - Prática Jurídica Europeia, 8ª geração, teve lugar dia 8 de novembro de 2013, na Universidade de Hanover.



✚ Colóquio "*Le Traité de l'Elysée - Le socle d'une coopération exemplaire - 50 ans après*"

Realizou-se no dia 8 de novembro de 2013, a continuação do Colóquio "*Le Traité de l'Elysée - Le socle d'une coopération exemplaire - 50 ans après*" organizado pelas Universidades de Rouen e Hanôver, em Hanover, Alemanha, no âmbito da celebração dos 50 anos de amizade Franco-Alemã e também dos 10 anos do Mestrado Erasmus Mundus.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

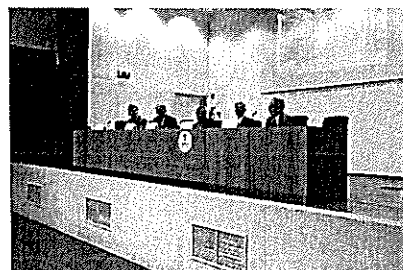


GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

✚ Colóquio Internacional com o tema "Portugal, Europa e Globalização Jurídica"

Realiza-se no dia 27 de setembro, no âmbito das comemorações do Centenário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Colóquio Internacional com o tema "Portugal, Europa e Globalização Jurídica".

Este Congresso terá a participação de vários Professores representantes de diversas Universidades Europeias.





FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

Anexos

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
E
A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Considerando que a Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público ao qual compete representar o Estado, defender os interesses que a lei determinar, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática;

Considerando que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (doravante designada por FDUL) tem por objecto a criação, transmissão e difusão da cultura e da ciência, no domínio das disciplinas jurídicas em todas as suas vertentes e das demais disciplinas com elas conexas;

Considerando a existência de uma ampla convergência de objectivos e as vantagens mútuas no estreitamento da colaboração entre a Procuradoria-Geral da República e a FDUL no domínio da promoção e difusão do Direito;

Considerando que a Procuradoria-Geral da República pretende estabelecer relações mais estreitas com o meio universitário, com o objectivo de contribuir para o estudo e investigação do Direito e para a participação de magistrados do Ministério Público em iniciativas universitárias;

Considerando que a FDUL está identicamente empenhada no estreitamento e no desenvolvimento da cooperação com a Procuradoria-Geral da República no domínio do debate, da reflexão e da divulgação de temas jurídicos, bem como na participação de magistrados do Ministério Público em iniciativas da FDUL;

É celebrado entre a Procuradoria-Geral da República, na qualidade de 1.^a outorgante, com sede na Rua da Escola Politécnica, n.º 140, em Lisboa, e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na qualidade de 2.^a outorgante, com sede na Alameda da Universidade, em Lisboa, o presente protocolo de cooperação que se rege nos termos do clausulado seguinte:

Cláusula 1.^a

(Colaboração no âmbito de eventos)

1. A Procuradoria-Geral da República e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa comprometem-se a acordar iniciativas conjuntas, nomeadamente ao nível da realização de cursos, estudos e conferências subordinadas a temas jurídicos.
2. Quando tal lhe seja solicitado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da realização de cursos, estudos e conferências subordinadas a temas jurídicos, a Procuradoria-Geral da República compromete-se a proceder à indicação, como docentes ou conferencistas, de personalidades de reconhecida competência científica, bem como a promover e divulgar os eventos junto dos órgãos, agentes e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou que dela estejam directamente dependentes, no seu sítio da internet, por correio electrónico ou por outros meios habituais.
3. Os termos das participações, como docentes ou conferencistas, de personalidades de reconhecida competência científica referidas no número anterior serão acordados caso a caso, entre a Procuradoria-Geral da República e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
4. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa compromete-se a informar a Procuradoria-Geral da República das iniciativas por si organizadas, no âmbito da sua actividade, que possam ter especial relevância para a actividade do Ministério Público ou da Procuradoria-Geral da República.

Cláusula 2.^a

(Colaboração em iniciativas universitárias)

A Procuradoria-Geral da República compromete-se ainda a participar em iniciativas universitárias realizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

relacionadas com a divulgação da actividade do Ministério Público ou da Procuradoria-Geral da República.

Cláusula 3.^a

(Divulgação)

A Procuradoria-Geral da República e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa poderão fazer referência à celebração do presente protocolo nos seus materiais de comunicação e promoção, incluindo os meios disponibilizados pela Internet, brochuras e afins.

Cláusula 4.^a

(Disposições finais)

1. O presente protocolo é válido por um ano a contar da data da sua assinatura, sendo automática e sucessivamente renovado por idênticos períodos, se nenhuma das partes o denunciar com a antecedência mínima de 60 dias face ao termo do respectivo período de vigência.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente protocolo pode ser objecto de revisão sempre que as outorgantes assim o entendam, no sentido de implementar e acordar novas formas de colaboração.
3. O presente protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

O presente protocolo foi lido, assinado e rubricado por ambas as outorgantes, tendo sido entregue um exemplar a cada uma delas.

Lisboa, _____

Pela Procuradoria-Geral da República,
A Procurador-Geral da República

(Joana Marques Vidal)

Pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

O Presidente do Conselho _____,

()



Procuradoria-Geral da República



INSTITUTO DE CIÊNCIAS
JURÍDICO-POLÍTICAS



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

entre

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

e

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**



Procuradoria-Geral da República



Considerando que a Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público ao qual compete representar o Estado, defender os interesses que a lei determinar, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática;

Considerando que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (doravante designado por ICJP) tem por objeto a investigação, o ensino e a divulgação das Ciências Jurídico-Políticas, das Ciências Políticas, Sociais e Económicas ou outras com elas relacionadas, em especial no que se refere à promoção e desenvolvimento da investigação científica, ao estudo e divulgação das áreas do saber que constituem o seu objeto, à organização de cursos de pós-graduação e ao desenvolvimento de ações de formação complementar, à promoção e coordenação de projetos de investigação aplicada, bem como ao intercâmbio e à cooperação com outras entidades;

Considerando a existência de uma ampla convergência de objetivos e as vantagens mútuas no estreitamento da colaboração entre a Procuradoria-Geral da República e o ICJP no domínio da promoção e difusão do Direito Público;

Considerando que a Procuradoria-Geral da República pretende estabelecer relações mais estreitas com o meio universitário, com o objetivo de contribuir para o estudo e investigação do Direito e para a participação de magistrados do Ministério Público em iniciativas universitárias;

Considerando que a Procuradoria-Geral da República pretende apoiar trabalhos de investigação que abordem temas e problemas jurídicos relacionados com as principais disciplinas do Direito Público;



Procuradoria-Geral da República



Considerando que o ICJP está identicamente empenhado no estreitamento e no desenvolvimento da cooperação entre a Universidade e outros agentes relevantes da sociedade, no debate e divulgação das Ciências do Direito Público e na reflexão sobre temas e problemas jurídico-políticos de atualidade;

A Procuradoria-Geral da República, sediada na Rua da Escola Politécnica, n.º 140, em Lisboa, e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com sede na Alameda da Universidade, em Lisboa,

Celebram um Protocolo de Cooperação (doravante, "Protocolo") regido pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Colaboração recíproca)

1. A Procuradoria-Geral da República compromete-se a:
 - a) Acordar iniciativas juntamente com o ICJP, nomeadamente, através da sua promoção e divulgação, junto dos órgãos, agentes e serviços que integram a Procuradoria-Geral ou que dela estejam diretamente dependentes, no seu sítio da Internet, por correio eletrónico ou por outros meios habituais;
 - b) Apresentar propostas de cursos, estudos e conferências subordinadas a temas de Direito público;
2. O ICJP compromete-se a:
 - a) Dar destaque à Procuradoria-Geral da República, nas iniciativas por si organizadas, no âmbito da sua actividade, que tenham especial relevância para a Procuradoria-Geral da República;
 - b) Reunir com a Procuradoria-Geral da República para fazer o balanço e a avaliação das atividades empreendidas;



Procuradoria-Geral da República



- c) Incluir nas suas pós-graduações e seminários, como docentes ou conferencistas, personalidades de reconhecida competência científica que lhe sejam indicadas pela Procuradoria-Geral da República.
3. Os termos das participações referidas na alínea c) do número anterior serão acordados caso a caso, entre a Procuradoria-Geral da República e o ICJP.
4. A todo o tempo, e sempre que as partes considerem oportuno, poderão ser implementadas e acordadas novas formas de colaboração.

Cláusula Segunda

(Divulgação)

Tanto a Procuradoria-Geral da República como o ICJP poderão fazer referência à celebração do presente Protocolo nos seus materiais de comunicação e promoção, incluindo os meios disponibilizados pela Internet, brochuras e afins.

Cláusula Terceira

(Regime de inscrição em cursos)

O ICJP compromete-se a aceitar, em todas as iniciativas realizadas, a inscrição de dois interessados, indicados pela Procuradoria-Geral da República, em regime de isenção de pagamento de propina.

Cláusula Quarta

(Obrigação de sigilo)

As Partes obrigam-se a garantir o sigilo da informação disponibilizada ao abrigo do presente Protocolo, na medida em que esse sigilo seja requerido.



Procuradoria-Geral da República



Cláusula Quinta

(Disposições finais)

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, tendo a duração de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos se nenhuma das partes o denunciar.
2. As Partes poderão, a todo o tempo, denunciar o presente Protocolo, por escrito, sem necessidade de invocar justa causa ou qualquer fundamentação, com a antecedência mínima de 3 (três) meses relativamente à data pretendida para a cessação de efeitos.

Lisboa, 27 de março de 2012

O Conselheiro Procurador-Geral da República

O Presidente do Instituto
de Ciências Jurídico-Políticas

(Dr. Fernando Pinto Monteiro)

(Prof. Doutor Jorge Miranda)